



22 DE MARÇO DE 2017

Quarta-feira

- MOTORISTAS E COBRADORES SUSPENDEM GREVE POR UM DIA, MAS COBRAM MELHORIAS NO VALE
- SEM ACORDO, GREVE DE ÔNIBUS NÃO ACABA, MAS FROTA MÍNIMA DEVE SUBIR PARA 80%
- CONCILIAÇÃO ENTRE MOTORISTAS E EMPRESAS FRACASSA PELA SEGUNDA VEZ
- TEMER CITA MELHORA NA ECONOMIA E CONVIDA ESTRANGEIROS A INVESTIR NO BRASIL
- ILAN VÊ SINAIS DE ALTA DE 2,5% DO PIB NO ÚLTIMO TRIMESTRE DE 2017
- BRASIL ESTÁ MENOS VULNERÁVEL A CHOQUES EXTERNOS, DIZ PRESIDENTE DO BC
- MEIRELLES DIZ QUE ENDIVIDAMENTO DAS EMPRESAS ESTÁ CAINDO
- INDÚSTRIA SEGUE COM DIFICULDADES, COM PRODUÇÃO FRACA E OCIOSIDADE ALTA, DIZ CNI
- PERSPECTIVAS DE MELHORA EM CENÁRIO DE DIFICULDADES
- CNI PROMOVE, NA QUINTA-FEIRA (23), DEBATE VIA FACEBOOK LIVE SOBRE MODERNIZAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO
- ABC/SP: EMPRESAS DA REGIÃO PEDEM RECUPERAÇÃO
- DESEMBOLSOS DO BNDES CAEM 11,7% E SOMAM R\$ 5,3 BILHÕES EM FEVEREIRO
- INADIMPLÊNCIA NÃO JUSTIFICA SPREAD ALTO, AFIRMA FIESP
- SEM DESCONTOS, NOVO REFIS TERÁ BAIXA ADESÃO; FENACON PROPÕE AMPLIAR PARA ATENDER SIMPLES
- PIS/COFINS – RECEITA FEDERAL VEDA CRÉDITO DE DIVERSOS ITENS
- VOTAÇÃO DE PROJETO SOBRE TRABALHO TERCEIRIZADO É ADIADA PARA ESTA QUARTA-FEIRA
- MEIRELLES DEFENDE APROVAÇÃO DE TERCEIRIZAÇÃO EM TODAS AS ATIVIDADES
- PROJETO DE TERCEIRIZAÇÃO ABRE ESPAÇO PARA FIM DE 'MONOPÓLIO' DOS SINDICATOS
- ANISTIA DE MULTAS DEVE SAIR DO PROJETO PARA VOTAÇÃO DA TERCEIRIZAÇÃO

- MAIA DIZ QUE CÂMARA DEVE APROVAR REFORMA TRABALHISTA NA PRIMEIRA QUINZENA DE ABRIL
- REFORMA TRABALHISTA TEM PELO MENOS 80 EMENDAS RELACIONADAS À PREVALÊNCIA DE ACORDO SOBRE A LEI
- PATRÕES E EMPREGADOS DEFENDEM OPINIÕES CONTRÁRIAS SOBRE TRABALHO INTERMITENTE
- GOVERNO VAI CONTINGENCIAR ATÉ R\$35 BI DO ORÇAMENTO E ELEVAR TRIBUTOS, DIZ JUCÁ
- MEIRELLES REITERA QUE, SE HOVER NECESSIDADE, HAVERÁ AUMENTO DE TRIBUTOS
- PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO TRIBUTÁRIA ATRAI 16 MIL CONTRIBUINTES
- PEC DE REFORMA DA PREVIDÊNCIA RECEBE 130 EMENDAS VÁLIDAS PARA SEREM ANALISADAS
- TEMER RECUA E RETIRA SERVIDORES ESTADUAIS E MUNICIPAIS DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA
- RETIRADA DE SERVIDORES DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA TEM IMPACTO ZERO, DIZ DYOGO
- MAIA DIZ QUE MUDANÇA NA PROPOSTA TIRA 70% DA PRESSÃO CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA
- EUNÍCIO OLIVEIRA ANUNCIA ABERTURA DA CPI DA PREVIDÊNCIA NO PLENÁRIO DO SENADO
- RAUL VELLOSO: COM REFORMA PARCIAL, AJUSTE FISCAL FICA COMPROMETIDO
- PREVIDÊNCIA ESTÁ ENGOLINDO TODAS AS OUTRAS DESPESAS DO GOVERNO FEDERAL, DIZ DYOGO
- TRIPOLI: MEIRELLES DEIXOU PORTA ABERTA DE NEGOCIAÇÃO SOBRE REFORMA DA PREVIDÊNCIA
- RELATOR DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA VAI "CALIBRAR" REGRA DE TRANSIÇÃO'
- PARA EVITAR DESGASTE, MINISTRO DA JUSTIÇA É TIRADO DE CENA
- APÓS CARNE FRACA, DEPUTADOS DA UE TENTAM FREAR ACORDO COM MERCOSUL
- MEIRELLES DIZ QUE NÃO TERÁ DECISÃO SOBRE CORREÇÃO DA TABELA DO IR NESTA QUARTA
- ANEEL: QUALIDADE DO FORNECIMENTO, EM DURAÇÃO DE INTERRUPÇÃO, É A MELHOR EM 9 ANOS
- PARA DYOGO, GOVERNO MANTERÁ TRAJETÓRIA DE INFLAÇÃO ABAIXO DO CENTRO DA META
- VENDA DE AÇO PLANO EM FEVEREIRO FOI A PIOR DA SÉRIE HISTÓRICA, DIZ INDA
- TERMOMECANICA INVESTE R\$ 8 MILHÕES E EXPANDE PRODUÇÃO COM NOVA FÁBRICA

- EMPRESAS APOSTAM EM SERVIÇOS DE MOBILIDADE
- AUTOPEÇAS ANOTAM US\$ 1,05 BI DE DÉFICIT
- ARGENTINA CRIA ACORDO COM SETOR AUTOMOTIVO
- VW TRUCK & BUS CRESCER 3% EM 2016
- BMW FAZ RECALL DE 13 POR RISCO DE INCÊNDIO

CÂMBIO		
EM 22/03/2017		
	Compra	Venda
Dólar	3,086	3,087
Euro	3,333	3,335

Fonte: BACEN

Motoristas e cobradores suspendem greve por um dia, mas cobram melhorias no vale

22/03/2017 – Fonte: Tribuna PR



Motoristas e cobradores de ônibus de Curitiba e região decidiram, em assembleias no início da manhã desta quarta-feira (22), suspender por um dia a greve de ônibus em Curitiba.

Ontem, a reunião entre representantes dos sindicatos dos trabalhadores e empresas do transporte público, realizada nesta terça-feira (21), no Tribunal Regional do Trabalho (TRT), não chegou a um acordo e a greve no setor segue em Curitiba.

Neste que seria o oitavo dia de paralisação, os ônibus deviam continuar operando parcialmente. A novidade é que a Justiça determinou que a frota mínima nas ruas nesta quarta-feira (22) fosse de 80% dos ônibus do sistema nos horários de pico e 60% nos demais períodos. Por volta das 7h30, porém, segundo levantamento da prefeitura, a frota de ônibus estava em 65,63% com 7 estações sem cobradores.

Assembleias

A categoria decidiu, com a suspensão da greve por 24 horas, dar uma carta de confiança para prefeitura e empresários. Eles aprovaram, por ampla maioria, a proposta de acordo formulada ontem pela desembargadora Marlene Suguimatsu, em audiência de conciliação, de 6% de reajuste salarial, R\$ 400 de abono e R\$ 575 de

cartão alimentação. Em comparação à oferta das empresas, a única diferença são R\$ 45 a mais no cartão alimentação.

Ainda nesta manhã o Sindimoc irá protocolar o pedido diretamente nos gabinetes do prefeito Rafael Greca (PMN) e do governador Beto Richa (PSDB), e também aos presidentes de URBS, Setransp e Comec.

Sem acordo, greve de ônibus não acaba, mas frota mínima deve subir para 80%

22/03/2017 – Fonte: Bem Paraná



Desembargadora Marlene T. Fuverki Suguimatsu, vice-presidente do TRT do Paraná (foto: Reprodução/Youtube)

Depois de quase cinco horas, terminou sem acordo a audiência de conciliação dos motoristas e cobradores de ônibus e representantes das empresas, Urbs e Comec. Com isso a paralisação do transporte coletivo prossegue sem prazo para terminar.

No entanto, a desembargadora que conduziu a audiência, Marlene T. Fuverki Suguimatsu, determinou a elevação da frota mínima de ônibus de 50% para 80%, nos horários de pico, e de 40% para 60% nos demais horários.

A determinação da desembargadora é para que o percentual da frota mínima seja respeitado também para os cobradores nas estações-tubo e terminais, cabendo a Urbs informar as estações-tubo e terminais supridos com essa frota ao Sindimoc. A medida deve entrar em vigor a partir das 5 horas desta quarta-feira, 22, horário da primeira troca de escala dos trabalhadores.

A multa de R\$ 100 mil pelo não cumprimento da frota mínima foi mantida pela desembargadora. Questionada pelo Sindimoc sobre o valor da multa, considerada muito alta, ela declarou que a multa só será aplicada se a determinação da frota mínima não for respeitada.

"Ela só incidirá se não for cumprida. E ela será cobrada não interessa se o sindicato irá quebrar ou as empresas falir", declarou.

Conciliação entre motoristas e empresas fracassa pela segunda vez

22/03/2017 – Fonte: Bem Paraná



Trabalhadores da empresa Tindiquera rejeitam proposta de empresas de ônibus (foto: Divulgação)

Os trabalhadores não aprovaram a proposta costurada pela Comec e pela Urbs na audiência de conciliação, realizada nesta terça-feira, 21. Após quase cinco horas de

negociação, a desembargadora que conduziu a audiência, Marlene T. Fuverki Suguimatsu, tentou ainda fechar um acordo parcial, não houve avanço principalmente por conta do valor do vale alimentação. A desembargadora, então, declarou encerrada a negociação e encaminhou a discussão, em caráter de urgência, para votação de dissídio coletivo.

Segundo Sindicato dos Motoristas e Cobrados de Ônibus de Curitiba e Região Metropolitana (Sindimoc), 90% dos trabalhadores consultados rejeitaram a proposta, com principal repúdio ao valor de reajuste ao vale alimentação. Eles acompanharam a audiência em frente as garagens do ônibus. Assim que a desembargadora terminou de formalizar a proposta foi solicitado um intervalo para que os trabalhadores a apreciassem.

Em assembleia, os trabalhadores rejeitaram a proposta de reajuste de 6% sobre os salários sobre os salários e vale alimentação a partir de janeiro de 2017, manutenção do anuênio conforme decisão anterior, renovação das cláusulas anteriores, não desconto das horas não trabalhadas mediante a compensação das mesmas no futuro e retorno imediato aos trabalhos. Além disso, haveria um abono de R\$ 400, a ser pago pela URBS em maio de 2017 e pela Comec diluído em 12 parcelas ao ano.

Como o ponto de rejeição era o valor do vale alimentação, segundo o Sindimoc, a desembargadora tentou deixar esse ponto de fora, mas não houve avanço. "Não podemos prejudicar toda a negociação por conta de um único item. Vamos pelo menos trabalhar na questão do mais básico que é a alimentação do trabalhador. Talvez pudéssemos pensar com um pouquinho mais de carinho nessa questão", argumentou a desembargadora.

A ideia era tentar ver quais foram os pontos aprovados pela proposta e levar para uma negociação posterior, a questão do vale alimentação, atualmente em R\$ 500. A proposta era de um aumento de apenas R\$ 30. No entanto, para que isso ocorresse era necessário que todas as partes presentes aceitassem essa alternativa.

O Sindimoc reivindicava R\$ 75 de aumento. Já a Urbs afirma que não tinha como arcar com este custo que seria de mais R\$ 5,400 milhões por ano, além da proposta feita. O cálculo foi baseado no número de 10 mil funcionários junto ao Sindimoc. Sem acordo, audiência, foi então, encerrada.

Essa foi a segunda audiência de conciliação do dissídio coletivo que pode por fim à paralisação, que hoje entra no seu sétimo dia. Na primeira audiência, na sexta-feira passada, as partes não entraram em acordo. A audiência é realizada na sede do Tribunal do Trabalho do Paraná (TRT-PR).

O segundo intervalo da audiência foi feito após desembargadora questionar a URBS e a COMEC se haveria condições de que se elevasse o valor do repasse de valores feito às empresas. Em sua planilha, a COMEC diz que tem um limite de repasse que chega a 6,58%. Questionada sobre a possibilidade de elevar o percentual de repasse às empresas de ônibus de 6% para 6,58%, a URBS disse que aceita repassar 6% e conceder um abono no valor de R\$ 400 para cada trabalhador.

Temer cita melhora na economia e convida estrangeiros a investir no Brasil

22/03/2017 – Fonte: Tribuna PR

O presidente Michel Temer fez um chamado para que investidores internacionais venham ao Brasil e citou dados de melhoria na economia e de avanços de reformas para dizer que o País voltou a ser lucrativo para os interessados em investir aqui.

"Aqueles que podem e queiram investir no Brasil, podem fazê-lo. Posso dizer sem medo de errar: invistam no Brasil que vocês sairão ganhando", afirmou o presidente

nesta terça-feira, 21, em conferência organizada pelo Council of The Americas. "Queremos que os Estados Unidos e quem mais possa invistam com muita força, entusiasmo e segurança no País", completou.

Temer voltou a avaliar que seu governo "conseguiu feitos mais que razoáveis" em pouco tempo, e citou, em primeiro lugar, a queda na inflação, que ficou abaixo do teto da meta de 6,5% em 2016. "Hoje a inflação está em torno de 5%, indicando que esse ano poderemos ficar abaixo do centro da meta de 4,5%. Isso é fruto de uma política econômica responsável, que passa pela redução de juros, renunciando a hipótese de que a Selic possa voltar para um dígito", acrescentou.

O presidente citou também a abertura de quase 36 mil vagas de emprego formal em fevereiro, após 22 meses consecutivos de queda. "O que esperávamos que viesse no próximo semestre começou agora", analisou.

O presidente também comemorou o fato da Moody's ter alterado a perspectiva de rating do Brasil de "negativo" para "estável" na última semana. "Isso aumenta a nossa possibilidade de voltarmos a ter grau de investimento, o que significa o reconhecimento internacional de que o cenário é muito mais positivo", completou.

Temer citou ações como a liberação de contas inativas do FGTS, com uma injeção de cerca de R\$ 35 bilhões a R\$ 40 bilhões na economia e citou a continuidade de programas sociais continuam. O presidente disse ainda que o governo está lançando um programa de regularização fundiária nas cidades e no campo.

Ele lembrou que o leilão de quatro aeroportos na última semana teve um ágio "extraordinário". Ele voltou a dizer que as ações das Petrobras se valorizaram 145% em um ano e meio, demonstrando o retorno da confiabilidade da estatal.

"Há uma crença de que o País está renascendo. Não teria coragem de fazer esse discurso há seis meses, mas hoje tenho essa segurança. O Brasil tem rumo e não vai distrair-se em função de outros fatos", afirmou.

Para o presidente, cada um dos Poderes da República está organizado e realizando suas atividades harmoniosamente. "Estamos passando por um fenômeno de reconstitucionalização do País. Temos responsabilidade fiscal ao lado de responsabilidade social", concluiu.

Ilan vê sinais de alta de 2,5% do PIB no último trimestre de 2017

22/03/2017 – Fonte: Tribuna PR

O presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, avalia que há sinais de que a economia brasileira cresce a um ritmo que poderia chegar a 2,5% no último trimestre deste ano. Para a sustentabilidade dessa recuperação da atividade, o presidente do BC diz que é imperativo persistir no esforço para as reformas.

"As evidências disponíveis sugerem uma recuperação gradual da atividade econômica durante o ano de 2017 atingindo crescimento de 2,5% no último trimestre de 2017 contra o último de 2016", disse o presidente do BC em evento do Council of the Americas organizado em Brasília. Para 2018, Ilan Goldfajn prevê "melhorar ainda mais".

Para o presidente do BC, a política monetária pode contribuir para a recuperação econômica que é apoiada por outros esforços. "O crescimento econômico depende do aumento do nível de produtividade. Para essa razão, é imperativo persistir em muitos esforços que nós estamos fazendo no Brasil. Primeiro, a aprovação das reformas macroeconômicas, particularmente a reforma fiscal", disse o presidente do BC.

Inflação

Durante a apresentação, Goldfajn destacou a queda da inflação em 12 meses, de 10,7% em dezembro de 2015 para 4,8% em fevereiro de 2017. "E a expectativa para a inflação no fim de 2017 tem caído continuamente e atingiu 4,15%. Para 2018 e horizontes mais longos, analistas de mercado esperam que a inflação continue ancorada em 4,5%", disse.

Brasil está menos vulnerável a choques externos, diz presidente do BC

22/03/2017 – Fonte: Tribuna PR

O Brasil tem uma situação externa forte e é menos vulnerável que no passado. A avaliação é do presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn. Mesmo assim, ele ressaltou que o câmbio flutuante continua sendo a primeira linha de defesa externa da economia brasileira e o BC pode intervir para evitar volatilidade excessiva.

"O regime de câmbio flutuante é a nossa primeira linha de defesa contra choques externos. Isso não evita que o Banco Central use instrumentos à disposição para evitar volatilidade excessiva no mercado de câmbio", disse o presidente do BC em evento do Council of the Americas realizado em Brasília.

No evento, o presidente do BC defendeu que o País é menos vulnerável a choques externos que no passado. Ele lembrou que o déficit corrente é atualmente em torno de 1,3% do Produto Interno Bruto (PIB), patamar muito menor que os investimentos diretos equivalentes a 4,4% do PIB e o Brasil ainda conta com cerca de 20% do PIB em reservas – cerca de US\$ 370 bilhões.

"Isso funciona como um colchão de segurança durante os períodos de turbulência do mercado", disse, ao também lembrar da redução do estoque de contratos de swap cambial de US\$ 108 bilhões para US\$ 22 bilhões.

No campo interno, o presidente do BC avalia que a combinação do fim da era dourada para as commodities, o aumento dos gastos públicos em ritmo insustentável, aumento da intervenção governamental na economia, entre outros motivos, gerou muitas distorções na economia brasileira. Entre as consequências, ele citou o déficit fiscal, aumento da dívida pública e preços administrados artificiais. "Nesse contexto, a inflação ficou desancorada e o Brasil viveu a mais severa recessão da história."

Com a reversão dessas políticas, o presidente do BC avalia que o País também é menos vulnerável diante do progresso na queda da inflação e na ancoragem das expectativas.

Situação mundial complexa

O presidente do Banco Central avaliou que o cenário internacional é "complexo, mas particularmente interessante" com a permanência das incertezas, mas com sinais cada vez mais consistentes de que a economia global se recupera. Nesse cenário, Goldfajn nota que há riscos para as economias emergentes.

"A atual perspectiva da economia global é particularmente interessante com mais incerteza política e riscos geopolíticos, mas com um contexto de que finalmente vivemos uma recuperação gradual da atividade econômica global", disse.

Para Ilan, há incerteza sobre o novo governo nos Estados Unidos, que poderia gerar o protecionismo como uma das consequências. "Isso poderia impactar a recuperação econômica global e indiretamente afetar o Brasil no longo prazo", disse.

Também há incerteza sobre a normalização da política monetária nos Estados Unidos. Para ele, expansão fiscal adicional nos EUA com a economia próxima do pleno emprego pode levar ao aumento da inflação e uma política monetária ainda mais dura.

Fora dos EUA, o presidente do BC destacou a situação na Europa, onde é possível que os novos estímulos acelerem o crescimento. Essa assimetria entre a política monetária dos EUA e da Europa pode colocar ainda mais pressão sobre a taxa de juros nos EUA, afirmou Ilan.

“É provável que essa incerteza global tenha implicações para as economias emergentes. Juros mais altos nos EUA resultarão em condições menos favoráveis para o financiamento nas economias emergentes”, disse o presidente do BC. Além disso, eventual protecionismo afetaria diretamente as economias e o crescimento global.

Apesar desses riscos, Ilan Goldfajn nota que o cenário externo ainda é de recuperação e benigno para o Brasil. “Até agora, a atividade econômica global é mais forte e resulta em impacto positivo nos preços das commodities; tem mitigado os efeitos das mudanças nas políticas econômicas em economias centrais, particularmente nos EUA e na economia do Brasil”, disse.

Meirelles diz que endividamento das empresas está caindo

22/03/2017 – Fonte: Tribuna PR

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, disse nesta terça-feira, 21, que o endividamento das empresas está caindo e o nível de alavancagem retomou o nível de 2007. Segundo ele, após um período constante de crescimento da dívida, cujo pico foi atingido no segundo trimestre de 2016, as companhias passaram a dar prioridade para o pagamento de dívidas.

“Elas não estão investindo em produção, crescimento ou investimento. A boa notícia é que retomamos o nível de 2007, e isso significa que ainda estamos construindo condições para a retomada de investimentos”, afirmou, ao participar da conferência organizada pelo Council of The Americas.

Segundo ele, o processo de desalavancagem continua e deve dar condições para que as empresas voltem a investir. Em relação ao endividamento das famílias, a trajetória de queda é a mesma, mas mais lenta, disse o ministro.

Meirelles disse que o crescimento econômico está voltando. “A indústria já mostra sinais positivos de crescimento, e o emprego, que tende a ter defasagem, também está retomando”, afirmou.

O ministro disse que isso é resultado das reformas que o País está adotando, como a criação do teto de gastos e a proposta para a Previdência, mas ainda é preciso aprovar medidas que ajudem a fazer o País crescer a taxas mais elevadas, como nas áreas trabalhista e tributária.

Meirelles disse que o País está empenhado numa agenda de microrreformas para produzir mais e melhor, elevando a produtividade. Segundo ele, existe uma relação direta entre esse indicador e o de renda per capita. “Quanto mais produtivo o País, a tendência é a renda per capita ser maior”, disse.

Sobre a área de crédito, o ministro mencionou o cadastro positivo, que será invertido e vai incluir todos os brasileiros, exceto os que não quiserem integrá-lo. Segundo ele, com essas e outras medidas, será possível ofertar crédito com taxas mais baixas.

Outras medidas que o governo pretende adotar é a redução do tempo que as empresas levam para pagar impostos das atuais 2,6 mil horas para 600 por ano. Já o tempo para abrir uma empresa em São Paulo deve ser reduzido de 101 para três dias.

Meirelles mencionou ainda como pontos positivos a criação do site e-social e do portal único do comércio exterior, a discussão no Congresso para liberar a compra de terras por estrangeiros e as mudanças nas concessões de infraestrutura.

“A ideia é dar a dimensão da amplitude das reformas que estão sendo feitas no Brasil”, afirmou. “Com custo de crédito menor, o País voltará a crescer. Já está voltando, mas a ideia é crescer mais.”

Indústria segue com dificuldades, com produção fraca e ociosidade alta, diz CNI

22/03/2017 – Fonte: Tribuna PR

Apesar de uma leve melhora na virada de dezembro para janeiro, a indústria brasileira ainda segue com dificuldades. A pesquisa Sondagem Industrial da Confederação Nacional da Indústria (CNI) divulgada nesta terça-feira, 21, mostra que, em fevereiro, o índice de evolução da produção no setor atingiu 44,4 pontos, com alta de apenas 0,2 ponto em relação a janeiro, quando havia ficado em 44,2 pontos, ante 40,7 pontos em dezembro.

Pela metodologia da pesquisa, números abaixo de 50 indicam retração na produção, e quanto mais baixo, mais intensa e disseminada é a queda.

Além disso, a utilização da capacidade instalada em fevereiro se manteve em 63%, índice que vem sendo registrado desde dezembro e indica que o nível de ociosidade das indústrias continua elevado.

A Sondagem mostra ainda que o índice de evolução do emprego na indústria também segue em queda, embora menos intensa do que a registrada em 2016. O indicador do número de empregados ficou em 45,9 pontos no mês passado frente a 42,8 pontos em fevereiro de 2016.

Pelos dados da CNI, mesmo com um desempenho fraco, os industriais estão otimistas quanto à melhora do cenário econômico. Os empresários estão confiantes diante da demanda, exportações e compra de matérias-primas. Esses índices estão acima da linha divisória dos 50 pontos da pesquisa.

Os industriais se mantêm pessimistas apenas em relação ao emprego, cujo indicador ficou abaixo dos 50 pontos, em 48 pontos. O índice de expectativas sobre a demanda registrou 54,7 pontos, o da quantidade exportada ficou em 52,5 pontos e o da compra de matérias-primas foi de 52,2 pontos.

Para o economista da CNI Marcelo Azevedo, fatores como a inflação sob controle e as quedas mais acentuadas na taxa básica de juros explicam a melhora no otimismo do empresariado.

“Além disso, há no Congresso Nacional uma agenda de reformas, como a Tributária, a Trabalhista e a Previdência, que também reanima os industriais, ainda que seus efeitos sejam de longo prazo”, disse Azevedo.

A Sondagem Industrial de fevereiro foi realizada no período de 2 a 14 de março com 2.437 empresas em todo o País. Dessas, 984 são pequenas, 885 são médias e 568 são de grande porte.

Perspectivas de melhora em cenário de dificuldades

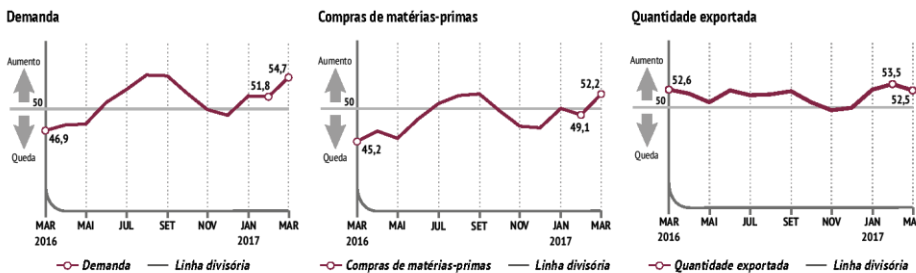
22/03/2017 – Fonte: CNI

A indústria segue com dificuldades: tanto a produção industrial como o emprego apresentaram queda em fevereiro.

Por outro lado, as perspectivas quanto aos próximos meses sugerem otimismo. Os empresários industriais esperam melhora na demanda, nas exportações e na compra de matérias-primas.

Março 2017

Índices de expectativa
(Índices de difusão (0-100 pontos))



Índices variam no intervalo de 0 a 100 pontos. Valores acima de 50 pontos indicam expectativa de crescimento.

CNI promove, na quinta-feira (23), debate via Facebook Live sobre modernização das leis do trabalho

22/03/2017 – Fonte: Portal Contábil

A transmissão terá início às 10h e contará com a participação do deputado federal Laércio Oliveira (SD-ES) e da gerente-executiva da Relações do Trabalho da CNI, Sylvia Lorena. A jornalista Eliane Cantanhêde vai moderar o debate

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) promoverá, na quinta-feira (23), um debate via Facebook Live sobre a modernização das leis do trabalho. A transmissão terá início às 10h e contará com a participação do deputado federal Laércio Oliveira (SD-ES) e da gerente-executiva da Relações do Trabalho da CNI, Sylvia Lorena. A moderação será feita pela jornalista Eliane Cantanhêde, colunista de O Estado de S.Paulo e comentarista da GloboNews.

No bate-papo, os participantes poderão tirar dúvidas do internauta em relação à proposta que moderniza parte da legislação da trabalhista e que está em discussão na Câmara dos Deputados. Entre os temas que serão tratados está a valorização da negociação coletiva e a possibilidade de empresas e trabalhadores, por meio de seus sindicatos, negociarem com mais segurança rotinas de trabalho mais flexíveis.

Participe e envie suas perguntas e dúvidas para o perfil da CNI no Facebook!

Agenda Legislativa da Indústria

LIVE

As propostas de mudanças para modernizar as relações do trabalho

23/03, às 10h

Com **Sylvia Lorena**
gerente-executiva de Relações do Trabalho da CNI

Laércio Oliveira
deputado federal (SD/ES)

Moderador: **Eliane Cantanhêde**
colunista

CNI

22/03/2017 – Fonte: Diário do Grande ABC



Em momentos de recessão econômica é comum empregadores apertarem os cintos para manter o negócio em operação. Em muitos casos, porém, a situação se torna praticamente insustentável e o risco de falência aumenta. A alternativa para evitar esse desfecho é o pedido de recuperação judicial, processo que atualmente envolve 76 empresas do Grande ABC, segundo o indicador Serasa Experian de Falências e Recuperações. No ano passado, o Brasil contabilizava 1.863 solicitações de recuperação judicial, maior número desde 2006.

Trata-se de medida realizada para tentar salvar a empresa da falência, principalmente quando perde a capacidade de pagar dívidas. De acordo com a legislação, esse mecanismo tem o claro objetivo de viabilizar a superação da crise financeira de uma companhia, que pode manter a produção, parte dos empregos e o interesse dos credores.

“É vantajoso para todos, principalmente para as empresas, que podem pagar até 50% do valor da dívida. Mas isso depende do acordo firmado entre as partes”, explica o sócio da Hannud e Velloza Advogados Marcos Velloza, especialista em recuperação judicial.

Segundo o levantamento da Serasa Experian, São Bernardo é a cidade da região que concentra o maior número de pedidos de recuperação judicial, com 24 solicitações em andamento. A sequência é completada por Diadema (21), Santo André (15), Mauá (sete), São Caetano (cinco) e Ribeirão Pires (quatro). Não há empresas nessa situação em Rio Grande da Serra. Os dados do indicador foram fornecidos pela Jucesp (Junta Comercial do Estado de São Paulo).

Parte considerável dessas companhias compõe a cadeia produtiva do setor automotivo, carro-chefe da indústria no Grande ABC. Sede de várias montadoras, São Bernardo é exemplo. Hoje, o município conta com sete empresas com processos de recuperação homologados na Justiça que fazem parte da área automotiva, o que corresponde a 29,1% do número total. Diadema aparece na segunda posição, com cinco empresas do setor.

Mauá, por sua vez, possui três empresas nessa situação. É o caso da CGE, que produz peças plásticas para as montadoras e entrou com pedido de recuperação em 2013. “Foi benéfico para nós. Já conseguimos quitar 50% do valor da dívida e, o mais importante, continuamos existindo”, comenta o diretor da companhia, Edoardo Campofiorito. No entanto, foi inevitável a redução do quadro de funcionários, em 30%.

O advogado Marcos Velloza destaca que o setor automotivo sofre com a ociosidade em razão da queda nas vendas provocada pela crise, o que, conseqüentemente, gera menos ritmo de produção e impacta diretamente na rede de fornecedores de autopeças. Velloza aconselha que os empresários sejam ágeis para tomar decisões no momento certo quanto à possibilidade da recuperação judicial. “O retardamento na

tomada de decisão pode tornar inócuo o pedido, já que não haverá nada a ser recuperado.”

Desembolsos do BNDES caem 11,7% e somam R\$ 5,3 bilhões em fevereiro

22/03/2017 – Fonte: Tribuna PR

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) desembolsou R\$ 5,3 bilhões em fevereiro deste ano, 11,7% menos que no mesmo mês do ano passado (R\$ 6 bilhões). A liberação de crédito no bimestre foi de R\$ 10 bilhões, queda de 16% comparado a igual período de 2016, um “reflexo do quadro econômico brasileiro de baixo investimento”, afirmou o banco em comunicado oficial.

Em 12 meses, foram desembolsados R\$ 86,4 bilhões, recuo de 33%. As consultas alcançaram R\$ 4,428 bilhões no mês passado.

A queda do desembolso no bimestre foi mais concentrada na indústria, que recebeu R\$ 1,8 bilhão, recuo de 47% ante igual período de 2016. O setor industrial ficou com 18,7% do total emprestado pelo BNDES no início deste ano. Segundo o comunicado, “a capacidade ociosa da indústria ainda não estimula a tomada de crédito para investimentos no setor”. Para o ano, porém, “a expectativa é de recuperação da demanda por recurso do BNDES em uma conjuntura econômica mais favorável”.

Na análise por porte de empresa, o recuo dos desembolsos do BNDES no bimestre foi mais forte entre as grandes companhias, que registraram queda de 19% na comparação anual. As médias empresas tiveram alta de 29%. Enquanto a liberação de crédito ao segmento de micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) caiu 10%, “por causa da retração mais aguda entre as microempresas, uma vez que as liberações para pequenas ficaram estáveis”.

Apesar de ressaltar o fraco desempenho do setor industrial, o BNDES informa que há sinais de melhora. A aprovação de financiamento para o segmento de máquinas e equipamentos, em uma fase prévia ao desembolso, subiu 35% no bimestre, ante igual período de 2016. Já o volume de consultas da indústria – primeira etapa do processo de obtenção de crédito – aumentou 64% na mesma base de comparação.

“Indicadores apontam para a retomada da demanda por crédito do BNDES para investimentos com recuperação gradual da economia”, traz o comunicado. Segundo o banco, há “redução do ritmo de queda” do desembolso desde o segundo semestre de 2016. No primeiro semestre do ano passado, a retração em relação a igual período do ano anterior foi de 42%. No segundo semestre, de 28%. “Em 2017, a retração de 16% no primeiro bimestre seguiu a tendência, sempre em relação ao mesmo período do ano anterior”, informou.

Setores

Entre os setores mais financiados, o destaque foi o agropecuário, que recebeu R\$ 2,337 bilhões no bimestre, alta de 11% na comparação com o período de janeiro a fevereiro de 2016. “Em meio a uma safra recorde, o setor respondeu por 23,3% das liberações do BNDES no período, refletindo diversos programas agrícolas do governo federal”, informou o banco.

Dos R\$ 10 bilhões liberados em janeiro e fevereiro, R\$ 3,4 bilhões, foram para o setor de infraestrutura, recuo de 10% em relação ao primeiro bimestre de 2016. Três subsetores de infraestrutura, porém registraram alta: telecomunicações (270%), transporte ferroviários (85%) e energia elétrica (48%). Comércio e serviços ficou com pouco mais de 24% do total desembolsado, R\$ 2,4 bilhões, queda de 1%.

O BNDES destacou que dentro da linha criada para viabilizar capital de giro em um cenário recessivo, o Progeren, foram desembolsados R\$ 1,25 bilhão, quase a metade

do valor registrado em todo o ano passado, R\$ 2,7 bilhões. Em 12 meses, o desembolso foi de R\$ 3,6 bilhões.

“Diante da necessidade de seguir atuando para preservar as atividades e os empregos em empresas com dificuldade de acesso a crédito de curto prazo, o BNDES ampliou o Progeren em janeiro deste ano. A linha passou a ser oferecida também na modalidade direta, sem intermediação de agentes financeiros”, informou.

Inadimplência não justifica spread alto, afirma Fiesp

22/03/2017 – Fonte: Tribuna PR

Depois da campanha contra a alta de tributos e a volta da CPMF, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) resolveu bater de frente contra o spread cobrado pelos bancos nas operações de empréstimos no Brasil – um dos mais altos do mundo.

Levantamento preparado pelo Departamento de Competitividade da entidade contradiz a avaliação de que o spread – que é a diferença entre o custo de captação do banco e o que ele cobra de seus clientes nos empréstimos – é elevado principalmente por conta dos riscos da alta inadimplência no Brasil.

O estudo contesta dados do Banco Central (BC), que apontam a inadimplência como a responsável pela maior parte da composição da taxa de spread. Pelos números mais recentes do BC, ela corresponde por 55,7% do spread.

Para a entidade, a inadimplência não é capaz de justificar o diferencial entre o spread brasileiro e de outros países. Segundo a Fiesp, enquanto o aumento do spread do crédito livre no Brasil, entre 2011 e 2016, foi de 52%, a inadimplência subiu 30,2%.

O trabalho também questiona o peso dado pelo BC a todos os demais itens que compõem o spread: margem de lucro dos bancos, custos administrativos, recolhimento de compulsório e impostos diretos.

Para o vice-presidente da Fiesp, José Ricardo Roriz Coelho, o Brasil tem os juros de empréstimos mais altos do mundo há mais de 60 anos e é preciso dar respostas ao problema do spread. “O custo de capital tem impacto muito grande nos investimentos e também na renda das pessoas. Isso afeta o consumo e a produção”, diz.

Segundo ele, a inadimplência brasileira em 2015 foi apenas 3,4 vezes maior que nos demais países, enquanto o spread foi 19,7 vezes superior. “A inadimplência não explica essa diferença”, critica. Pelos dados da Fiesp, a Itália possui a inadimplência três vezes maior que o Brasil e spread oito vezes menor.

Lucro

O levantamento também avalia o peso do lucro dos bancos no spread. Na avaliação da Fiesp, não é possível medir a variação da margem líquida do setor bancário, mas, apesar da crise brasileira, o retorno líquido do setor financeiro foi o único a aumentar entre 2011 e 2015. Segundo o BC, o lucro dos bancos é de 23,3% do spread.

A “guerra” travada pela Fiesp contra os bancos ocorre justamente no momento em que o presidente do BC, Ilan Goldfajn, lançou uma agenda de medidas para diminuir o spread e apresentou a composição dos componentes da taxa.

Entre as medidas, o BC anunciou que vai revisar o chamado crédito direcionado, que é dado por meio da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP). Ela corrige os financiamentos de investimentos concedidos, principalmente, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A TJLP é mais baixa do que a Selic e é considerada subsidiada.

O BC vai anunciar uma revisão do crédito direcionado e da fórmula de cálculo da TJLP, que passará a ser atrelada à taxas de mercado. Na avaliação da instituição, o direcionamento de crédito representa uma parcela importante do custo atual do crédito livre. Desse forma, uma maior parcela de crédito livre permitirá uma maior potência da política monetária.

Procurada, a Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) afirmou que não iria comentar o estudo da Fiesp, pois não o conhecia na sua integralidade e tampouco seu rigor técnico. A entidade ponderou que a avaliação de que spread medido no Brasil subiu 52% entre 2011 e 2016 não é confirmado pelos dados divulgados pelo BC.

Segundo o BC, o principal componente que explica o crescimento do spread entre 2011 e 2016 do segmento crédito livre foi o aumento da inadimplência. O spread subiu 8,15 pontos percentuais entre 2011 e 2016 (de 27,04 pontos percentuais para 35,19 pontos percentuais), sendo que a participação da inadimplência aumentou 8,10 pontos percentuais. "Isto é, 99% do aumento do spread", diz o BC, em nota. No período, a margem líquida do estoque de crédito se reduziu devido ao aumento da inadimplência.

Sem descontos, novo Refis terá baixa adesão; Fenacon propõe ampliar para atender Simples

22/03/2017 – Fonte: Portal Contábil SC

Sem descontos, novo Refis terá baixa adesão; Fenacon propõe ampliar para atender Simples

Programa de Regularização Tributária (PRT) apenas parcela dívidas com impostos. Empresários defendem isenção de multa. Proposta recebeu 400 emendas



A adesão ao Programa de Regularização Tributária (PRT), o novo Refis, deve ser baixa se as regras continuarem como estão na Medida Provisória 766/2017. Especialistas alertam que, mesmo que consigam aderir, as empresas talvez não tenham fôlego para permanecer no programa, que não prevê descontos de multas e juros, e apenas parcela as dívidas com impostos. Não à toa, a MP já recebeu quase 400 emendas, a maioria com os objetivos de consolidar os débitos sem acréscimos e de aumentar o prazo para pagamento.

Como está, o PRT é o pior dos Refis, reclamam empresários de todos os portes. A Confederação Nacional da Indústria (CNI) apoia as emendas que melhoram as regras de financiamento das dívidas tributárias. Entre outras medidas, a indústria defende a ampliação do prazo de pagamento e a redução de multas, juros e encargos.

Apesar de as bases do programa serem um avanço diante das condições atuais, a CNI as considera insuficientes para garantir o pagamento efetivo dos impostos atrasados e ampliar a arrecadação. Para a confederação, o grande número de emendas apresentadas por parlamentares de mais de 17 partidos e 20 estados demonstra a preocupação com a crise vivida pelas empresas e o país.

Economista da CNI, Mário Sérgio Telles afirma que a instituição alterações no PRT, dentre as quais ampliar o prazo de 120 para 240 meses. "Também oferecemos uma modalidade de pagamento sem prazo, na qual a parcela seja calculada como percentual da receita bruta do mês anterior. Assim, quando a empresa for bem, o governo arrecada mais. E quando for mal, a empresa não vai quebrar tentando pagar impostos", disse.

Créditos

Outra sugestão da CNI é ampliar o tipo de imposto que possa ser parcelado, que está limitado aos débitos com a Receita Federal e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN). "Algumas companhias estão em atraso com Anvisa, Ibama, Inmetro e outras autarquias federais", ressaltou. A indústria sugere ampliar a possibilidade de uso dos créditos tributários. "Se for ampliado para a PGFN, ajudará mais", afirmou.

Além das grandes indústrias, as pequenas empresas e serviços também querem modificações no novo Refis. Descontos de multas e juros são a principal reivindicação da Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas (Fenacon), para quem o projeto tem que conceder desconto progressivo.

O prazo para adesão ao PRT, segundo a instrução normativa publicada em 1º de fevereiro, vai até 31 de maio deste ano. No formato proposto pelo governo, pessoas físicas e jurídicas poderão parcelar dívidas tributárias vencidas até 30 de novembro de 2016 em até 120 vezes, podendo utilizar créditos com a Receita Federal para quitar até 80% do valor final. Na avaliação da Fenacon, com a incidência da taxa Selic e mais juros mensais, as empresas não vão ter condições de fazer o pagamento das parcelas e também dos impostos do mês.

"Nossa sugestão é que o PRT seja transformado em um Refis como o feito em 2000, de forma que, após consolidada a dívida, sejam excluídos multas e juros. Se a empresa decidir pagar à vista, recebe 99% de desconto. Em duas parcelas, 90%, e assim até chegar ao mínimo de 50%", explicou o diretor político-parlamentar da Fenacon, Valdir Pietrobon.

A entidade também propôs a inclusão das empresas do Simples no PRT e a fixação de percentual sobre o faturamento para os pagamentos mensais. "Dependendo do regime de tributação da empresa, algo em torno de 0,3% e 1,5%", disse o presidente da Fenacon, Mario Elmir Berti.

PIS/Cofins – Receita Federal veda crédito de diversos itens

22/03/2017 – Fonte: Portal Contábil SC

Contribuinte deve ficar atento, em ato contínuo, Receita Federal diz não ao crédito de PIS e Cofins sobre diversos itens

No sistema não cumulativo não é permitido tomar crédito de PIS e Cofins sobre itens que não se enquadrem como insumos

Este é o entendimento da Receita Federal, emitido através da Solução de Consulta nº 99.046/2017 (DOU de 21/03).

Para a Receita Federal, por falta de previsão legal específica e por não se enquadrarem como insumos na sistemática não cumulativa, não podem ser descontados créditos em relação:

- a) aos gastos com passagens, transporte e hospedagem em hotéis para funcionários, os quais tenham de se deslocar até o local da respectiva prestação do serviço;

- b) aos valores das despesas efetuadas com o fornecimento de alimentação aos empregados, adquirida de outras pessoas jurídicas ou fornecida pela própria empresa;
- c) aos serviços prestados pelo agente marítimo, ainda que pessoa jurídica domiciliada no País;
- d) aos valores das despesas realizadas com a contratação de empresas que prestam serviços de comunicação entre a embarcação e a base de operações e as autoridades marítimas;
- e) aos valores das despesas realizadas com a aquisição de equipamentos de proteção individual (EPI); e
- f) aos gastos efetuados com seguros de qualquer espécie, obrigatórios ou não, seja para as embarcações, ou para proteção da carga.
- g) Esta Solução de Consulta foi Vinculada à Solução de Divergência Cosit nº 7, de 23 de agosto de 2016. Parcialmente vinculada à Solução de Divergência Cosit nº 106, de 27 de abril de 2015

DISPOSITIVOS LEGAIS

PIS: Lei nº 10.637, de 2002, art. 3º,II; IN SRF nº 247, de 2002, art. 66, I, "b", e §5º. Cofins: Lei nº 10.833, de 2003, art. 3º,II; IN SRF nº 404, de 2004, art. 8º, I, "b", e §4º.

Confira [aqui](#) íntegra da Solução de Consulta nº 99.046/2017.

Votação de projeto sobre trabalho terceirizado é adiada para esta quarta-feira

22/03/2017 – Fonte: Câmara dos Deputados

Votação de projeto sobre trabalho terceirizado é adiada para esta quarta-feira

A discussão e votação do projeto que regulamenta a terceirização e o trabalho temporário (PL 4302/98) foi adiada para esta quarta-feira (22). O relator do projeto, deputado Laercio Oliveira (SD-SE), explicou que não houve tempo hábil para o início da discussão na noite desta terça-feira, visto que a Ordem do Dia só foi iniciada por volta das 20h e havia a previsão de obstrução de partidos contrários à proposta.

“Como haveria pouco tempo restante da sessão para discutir a proposta e para evitar qualquer especulação de que se tentaria debater a matéria na calada da noite, optou-se por deixar para esta quarta-feira. Assim, venceremos a obstrução e votaremos a proposta”, disse o relator, que estipulou que todo o processo deve durar por volta de dez horas.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, declarou que pretende iniciar a votação às 11 horas e só vai encerrar os trabalhos quando a votação for encerrada.

A proposta

Os deputados precisam votar o texto aprovado (substitutivo) pelos senadores ao projeto e decidir se aceitam as mudanças ou retomam o texto da Câmara. Um dos pontos da proposta do Senado regulamenta a responsabilidade das empresas contratante e da terceirizada em relação às obrigações trabalhistas dos funcionários.

Pelo texto, a responsabilidade é subsidiária, ou seja, a empresa que contratou a terceirizada só poderá ser acionada se não houver mais bens da terceirizada para o pagamento da condenação relativa a direitos não pagos.

É diferente da responsabilidade solidária, em que o trabalhador pode acionar ao mesmo tempo contratante e terceirizada para o pagamento da causa trabalhista.

Atualmente, de acordo com decisões da Justiça do Trabalho, em alguns casos, a contratante e a terceirizada respondem solidariamente.

O substitutivo também regulamenta aspectos do trabalho temporário, aumentando de três para seis meses o tempo máximo de sua duração.

Debates

A proposta já dividiu opiniões em Plenário mesmo antes do início das votações. Relator da proposta de reforma trabalhista (PL 6787/16), o deputado Rogério Marinho (PSDB-RN) disse que a terceirização favorece a especialização das empresas, que vão subcontratar serviços. "Vejam a construção civil: qual empresa detém máquinas para fazer fundações?", questionou. Segundo ele, a regulamentação do trabalho terceirizado vai dar segurança jurídica aos trabalhadores nessa situação.

"É agredir os fatos dizer que 12 milhões de trabalhadores brasileiros terceirizados devem viver no limbo. Temos de dar um passo na modernidade e estabilizar as regras para evitar o êxodo das indústrias para outro país", continuou Marinho.

O deputado Ivan Valente (Psol-SP), entretanto, chamou a proposta de "retrocesso" aos direitos trabalhistas. "O discurso da modernização das relações de trabalho é, na verdade, a precarização dessas relações. Essa proposta é a mais radical, porque terceiriza atividades-meio e atividades-fim e também retira a responsabilidade da contratante por falhas cometidas pelas terceirizadas", criticou.

Íntegra da proposta:

- [PL-4302/1998](#)

Meirelles defende aprovação de terceirização em todas as atividades

22/03/2017 – Fonte: Tribuna PR

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, defendeu nesta terça-feira, 21, a aprovação do projeto que libera a terceirização em todas as atividades. A proposta deve ser votada no plenário da Câmara dos Deputados nesta terça-feira. Para Meirelles, é "importante fazer com que funções temporárias sejam também viabilizadas".

"Ajuda muito a retomada do crescimento porque facilita a contratação de mão de obra temporária, facilita a expansão dos empregos. Hoje, muitas vezes, a empresa resiste à hipótese de aumentar o emprego por alguns aspectos de rigidez das leis trabalhistas. É importante fazer com que funções temporárias sejam também viabilizadas", afirmou.

Para Meirelles, a "vantagem da proposta é que as funções temporárias podem eventualmente se tornar permanentes". "Isso aumenta a produção, aumenta o consumo, e isso de uma maneira geral aumenta o emprego", avaliou Meirelles após participar de reunião com a bancada do PSDB na Câmara para discutir a reforma da Previdência.

Projeto de terceirização abre espaço para fim de 'monopólio' dos sindicatos

22/03/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo

Se o projeto de lei sobre a terceirização for aprovado na Câmara, outra mudança na organização do trabalho poderá ser antecipada: a reforma sindical.

Não existe lei a respeito da terceirização, mas uma súmula do TST sobre o assunto. Rodrigo Maia (DEM-RJ), presidente da Câmara, deve levar uma proposta do Executivo sobre o tema a votação nesta quarta-feira (22).

Caso o texto seja aprovado, trabalhadores de diferentes empresas prestarão serviços em um mesmo ambiente.

Será comum que um espaço tenha pessoas que são representadas por várias organizações sindicais.

"A consequência é a pulverização, em uma mesma empresa, de sindicatos", diz Caroline Marchi, sócia do Machado Meyer. Com isso, poderá haver preferência de profissionais por um representante.

Hoje, a unicidade, conceito semelhante a um monopólio pelo qual um só sindicato representa uma categoria, proíbe que trabalhadores escolham seu órgão.

"Haverá diferenças de direitos que cada profissional tem e poderá ocorrer migração de quem se sentir prejudicado", diz Marcello Della Monica, sócio do Demarest.

Sindicalistas não discutem reformas desde 2005, diz Clemente Lucio Ganz, diretor do Dieese (departamento intersindical de estudos).

"Não se sabe o que pode resultar [do projeto do Executivo]. As indicações são de que ele forçará uma mudança na organização sindical."

Anistia de multas deve sair do projeto para votação da terceirização

22/03/2017 – Fonte: COAD

Para evitar uma polêmica no plenário que poderia comprometer a votação, a anistia de multas e penalidades cometidas por empresas terceirizadas sairá do projeto de lei que regulamenta a terceirização. A proposta, paralisada há 15 anos na Câmara dos Deputados, voltou a ser discutida no plenário e deve ser votada hoje contra a vontade da oposição e de centrais sindicais.

"Analisei o parecer melhor e vamos suprimir a anistia. Isso causaria debate muito intenso no plenário e não é o ponto central, que é autorizar a terceirização das atividades meio e fim", afirmou ao Valor PRO, serviço de tempo real do Valor, o relator do projeto, deputado Laércio Oliveira (SD-SE). A versão anterior do parecer, apresentada à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) no fim do ano, mantinha a anistia aprovada pelo Senado em 2002.

Essa versão do projeto autoriza a contratação de mão de obra terceirizada para todas as atividades das empresas, o que hoje o Tribunal Superior do Trabalho (TST) considera ilegal, aplicando pesadas multas, e concede anistia para as práticas consideradas irregulares antes da sanção da lei, mas que passariam a ser permitidas com a nova legislação.

A empresa que terceirizou sua atividade-fim (aquela para a qual foi constituída) e foi multada por isso poderia recorrer, caso a anistia fosse aprovada. Um grupo de parlamentares levou o questionamento sobre se haveria apoio do governo a esse ponto, mas não houve retorno. Segundo o relator, a exclusão ocorrerá mesmo sem um retorno do Executivo para não atrapalhar a votação.

O relator ainda modificará outro ponto do projeto aprovado pelo Senado há 15 anos: a exigência de capital social mínimo. O texto dos senadores previa que a empresa de terceirização deveria comprovar capital social de pelo menos R\$ 100 mil. O da Câmara, que prevalecerá no relatório, de R\$ 250 mil. "Como o texto é antigo, e não dá para fazer a atualização monetária adequada, optei pelo texto da Câmara por ter um valor maior", disse.

Como o projeto já foi aprovado pela Câmara em 2000 e pelo Senado dois anos depois, cabe aos deputados agora só decidir quais pontos das duas versões serão aprovadas. Mas não é possível ao Congresso votar nenhum texto novo, como aumentar o capital social para R\$ 1 milhão, já que esse valor não consta de nenhuma das propostas aprovadas. O texto seguirá para sanção presidencial após a votação no plenário da Câmara.

O governo confia estar com maioria para aprovar o relatório, que é apoiado pelas entidades empresariais, mas parte da base tem visto com ressalvas o movimento menos de dois anos depois da Câmara votar outro texto, que está parado no Senado. "Sou a favor da terceirização, mas o projeto que votamos há dois anos me parece mais responsável, com mais garantias para os trabalhadores", afirmou o deputado Hiran Gonçalves (PP-RO).

O PL 4330/04, que está parado no Senado, foi aprovado pelos deputados em 2015 com a responsabilidade solidária (quando a empresa que contrata a terceirizada pode ser acionada judicialmente pelo trabalhador a qualquer momento), regras para evitar a demissão de celetistas para contrata-los como pessoa jurídica (PJ) e antecipação dos pagamentos de encargos trabalhistas, para evitar calotes.

Já o projeto em discussão na Câmara não prevê esses dois últimos dispositivos e diz que a responsabilidade é subsidiária (a contratante só responde na Justiça depois de esgotadas as chances de cobrar a dívida da contratada). "O 4330 ficou cheio de penduricalhos que desfiguraram a proposta. Os direitos trabalhistas já estão garantidos em acordos coletivos e na CLT. O projeto foca o principal: acabar com essa divisão ultrapassada de atividade meio e fim", disse Oliveira.

Outra diferença é que o 4330 exclui o setor público. Já o 4302 não faz distinção. Além disso, o projeto que será votado hoje amplia o escopo dos contratos de trabalho temporário e o prazo de vigência, de três meses para nove. Para o líder do governo, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), as resistências da base sumirão quando o projeto for debatido.

Maia diz que Câmara deve aprovar reforma trabalhista na primeira quinzena de abril

22/03/2017 – Fonte: Câmara dos Deputados

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, afirmou nesta segunda-feira (20) que a reforma trabalhista deve ser aprovada pela Casa na primeira quinzena de abril e que, em seguida, o Plenário vai apreciar a da Previdência.

"A gente vota a modernização da lei trabalhista e, depois, começa a votar a Previdência. É uma escada correta para gerar um ambiente favorável às reformas, que vão melhorar as condições do País", declarou, após participar de evento na Câmara Americana de Comércio (Amcham), em São Paulo.

Terceirização

Maia confirmou que, nesta semana, está prevista a votação pelo Plenário do projeto que regulamenta a terceirização (PL 4302/98).

Na opinião dele, o excesso de regras na legislação trabalhista tem gerado desemprego. "Temos de parar com esse mito de que mais regulação e um maior número de leis é melhor para o trabalhador. Os Estados Unidos são flexíveis nessa área, e todos os brasileiros têm um sonho de ir para lá", sustentou.

Reforma política

O presidente da Câmara voltou a defender mudanças no sistema eleitoral brasileiro já a partir de 2018. Para Maia, o País não deve inventar um novo sistema, mas, sim,

buscar modelos que deram certo no mundo. "O Brasil não pode entrar na próxima eleição com esse sistema do jeito que está", comentou.

Íntegra da proposta:

- [PL-4302/1998](#)

Reforma trabalhista tem pelo menos 80 emendas relacionadas à prevalência de acordo sobre a lei

22/03/2017 – Fonte: Câmara dos Deputados

O relator da proposta de Reforma Trabalhista (PL [6787/16](#)), deputado Rogério Marinho (PSDB-RN), disse que pelo menos 80 emendas apresentadas modificam pontos da "espinha dorsal" do texto, que é a prevalência do negociado sobre o legislado.

"Há uma preocupação inclusive em dar uma blindagem para evitar contestações posteriores", disse Marinho. Até esta noite, foram apresentadas 478 emendas ao texto. O prazo termina nesta quarta-feira (22).

O projeto estabelece que o acordo coletivo vai prevalecer para 13 pontos específicos, entre eles plano de cargos e salários e parcelamento de férias anuais em até três vezes.

Marinho afirmou que o número de emendas reflete uma demanda sobre a questão trabalhista. "Os parlamentares estão falando sobre temas mais variados, seja reforma sindical ou processo na Justiça do Trabalho."

Íntegra da proposta:

- [PL-4302/1998](#)
- [PL-3785/2012](#)
- [PL-6787/2016](#)

Patrões e empregados defendem opiniões contrárias sobre trabalho intermitente

22/03/2017 – Fonte: Câmara dos Deputados

Comissão especial analisou proposta de regulamentação sobre a contratação de pessoal por meio de hora móvel, hoje praticada pelos setores de bares e eventos
Alex Ferreira / Câmara dos Deputados



O deputado Rogério Marinho, relator na comissão especial da Câmara

A regulamentação do trabalho intermitente – que permite a contratação por hora móvel – colocou em um lado estudiosos, trabalhadores e membros do Ministério Público do Trabalho e em outro empresários e juízes, durante audiência pública da Comissão Especial da Reforma Trabalhista (PL [6787/16](#)) nesta terça-feira (21).

O tema faz parte de emendas apresentadas à proposta de reforma trabalhista e poderá entrar no relatório do deputado Rogério Marinho (PSDB-RN), que deve ser apresentado na segunda quinzena de abril.

A modalidade, praticada por serviços de buffet, eventos e também em bares, permite a contratação de funcionários sem horários fixos de trabalho. Atualmente, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT, Decreto-lei 5.452/43) prevê a contratação parcial, com duração de até 25 horas semanais.

Para o juiz da 8ª Vara do Trabalho de Curitiba, Felipe Calvet, a legislação atual não está clara.

“Em um primeiro momento, o trabalhador não quer ser registrado. Mas depois de estar desempregado, vai buscar a Justiça do Trabalho. Vejo isso com bons olhos. Porque a legislação já traz clara a garantia de benefícios trabalhistas proporcionais.”

Segundo o juiz, a instituição do trabalho intermitente vai regulamentar situações que acontecem no cotidiano.

Século 19

Já o professor de Direito do Trabalho na Universidade de São Paulo (USP) Jorge Luiz Souto Maior afirmou que a regulamentação do trabalho intermitente, a prevalência do negociado sobre o legislado (PL 6787/16) e a regulamentação da terceirização (PL 4302/98) vão levar as relações de trabalho no Brasil de volta ao século 19.

“Teremos empregador negociando com trabalhadores intermitentes, terceirizados, que não se socializam, não sindicalizam e vão negociar sem limites legais. A soma disso é o fim total dos direitos”, disse Souto Maior.

Segundo o professor, as propostas devem ser analisadas em contexto. “O trabalho intermitente gera insegurança e incerteza muito grande. Ele não sabe se vai ser chamado, de que dia e de que forma e quanto vai ganhar no final do mês”, afirmou.

Primeiro emprego

O presidente da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel), Paulo Solmucci Júnior, defendeu a adoção do trabalho intermitente como solução para os jovens estudantes em busca do primeiro emprego e de trabalhadores que precisem cuidar de um familiar ao longo do dia. “Temos de dar a possibilidade de o jovem trabalhar com variabilidade”, afirmou.

Segundo ele, todos os serviços de buffet atuam hoje em dia fora das normas trabalhistas porque não há flexibilidade.

Lúcio Bernardo Junior/Câmara dos Deputados



O subprocurador-geral do Trabalho Luís Antônio Camargo de Melo

Sem remuneração

Já o subprocurador-geral do Trabalho Luís Antônio Camargo de Melo criticou a falta de remuneração dos períodos em que o trabalhador ficar à disposição da empresa. “Esses horários de ‘folga’ não serão remunerados.”

Segundo Melo, quatro outros países (Portugal, Itália, França e EUA) têm legislação sobre o tema, mas garantem para o trabalhador direitos não previstos nos textos em análise no Congresso.

Interesse empresarial

Para o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade (Contratuh), Moacyr Roberto Tesch, a regulamentação do trabalho intermitente atende interesses somente dos empresários.

“A proposta não vai gerar emprego. Não é esse tipo de procedimento [que é necessário], mas sim fazer com que a economia gire para avançar”, disse. Segundo ele, a lógica do trabalho intermitente em redes de fast food tem demonstrado equívocos equiparados com trabalho semiescravo. Continua:

- [Reforma trabalhista tem pelo menos 80 emendas relacionadas à prevalência de acordo sobre a lei](#)

Íntegra da proposta:

- [PL-4302/1998](#)
- [PL-3785/2012](#)
- [PL-6787/2016](#)

Governo vai contingenciar até R\$35 bi do Orçamento e elevar tributos, diz Jucá

22/03/2017 – Fonte: Portal Contábil SC



Diferentemente do informado quando da organização do novo governo, no pós-impeachment, quando presidente e ministros prometeram estabilizar os juros e não elevar impostos, a meta atual é reajustar tributos, segundo o senador Romero Jucá (PMDB-RR).

Em entrevista à **‘Reuters’**, o líder do governo no Senado afirmou que serão contingenciados de R\$ 30 bilhões a R\$ 35 bilhões do orçamento da União. O objetivo é evitar o estouro da meta do ano, cujo déficit primário está em R\$ 139 bilhões.

O valor deve ser anunciado nesta quarta-feira, 22, último dia para publicação do relatório bimestral de receitas e despesas da União. Porém, o montante não cobre o total que o governo calcula para o estouro da meta – R\$ 65 bilhões — mas a avaliação é que o congelamento de recursos do Orçamento tem um limite.

“Trinta a 35 bilhões de reais é o máximo que se pode chegar (de contingenciamento). Além disso já é amputação”, disse Jucá.

Para compensar o restante, o governo conta com a entrada de recursos vindos do programa de concessões — na semana passada, ocorreram os primeiros leilões deste ano, dos –, mas também terá que reajustar tributos, admitiu ele.

“Só pode aumentar contribuições que não precisam passar por projeto de lei. Ainda assim, são 90 dias para entrar em vigor”, lembrou Jucá.

O senador mencionou contribuições como o PIS/COFINS, que incide sobre o faturamento bruto das empresas, e a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), sobre combustíveis, e citou também o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), sobre compra de moeda estrangeira e compras no exterior com cartão de crédito.

Ainda não estão definidos os valores dos reajustes e nem se ocorrerão em todos esses tributos. O anúncio deve ser feito nesta quarta-feira pelo ministro da Fazenda, Henrique Meirelles.

O Orçamento da União deste ano já prevê um déficit alto, apesar de menor do que o de 2016. O governo não pretende revisar o número, mas a queda nas receitas, pior do que o inicialmente previsto, levou à necessidade de contingenciamento.

Os recursos podem ser liberados até o final deste ano se a economia reagir e as receitas superarem a previsão atual.

Meirelles reitera que, se houver necessidade, haverá aumento de tributos

22/03/2017 – Fonte: Tribuna PR

Na véspera do anúncio do corte do Orçamento de 2017, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, afirmou que não será trivial e simples a composição do relatório de avaliação bimestral de receitas e despesas.

Depois de participar de evento no Conselho das Américas, o ministro antecipou que o governo não poderá determinar no Orçamento receitas que são apenas esperadas. Sem falar diretamente sobre as exigências do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre previsão de receitas, o ministro acabou dando uma indicação de qual será a estratégia do governo no corte.

“Vamos analisar exatamente aquilo que é concreto. Existe uma diferença que vamos explicar bem. Uma coisa é dizer que esperamos arrecadar tanto de uma determinada ação. Mas muitas vezes, devido a determinações, não é possível colocar isso no Orçamento”, afirmou.

Segundo ele, vai haver uma recuperação de receitas. “Tem a arrecadação prevista. Se não arrecadar, vai haver um corte maior. Por isso, não é trivial como parece”, sinalizou o ministro da Fazenda, indicando que pode condicionar a necessidade de um corte maior à evolução das receitas, o contrário que vinha sendo analisado pela equipe econômica.

Meirelles reiterou que, se houver necessidade, haverá aumento de tributos e que o compromisso número um do governo é entregar a meta fiscal. “Vamos entregar a meta”, disse ele. Segundo ele, a meta de déficit de R\$ 139 bilhões nas contas do governo é bem menor do que no ano passado e muito melhor do que seria em 2017 caso a tendência de despesas continuasse. “Seria déficit de R\$ 280 bilhões.

Estamos indo bem. A arrecadação, estamos trabalhando nela nestes últimos dias. Estamos finalizando os cálculos sobre leilão de petróleo e gás, avaliando estimativas de resultado do novo programa de repatriação, avaliando com instituições financeiras, e procurando uma avaliação mais precisa do Programa de Regularização Tributária”, explicou.

Meirelles disse que o corte será uma combinação do “possível” e que será fechado nesta quarta-feira, 22, de manhã para o anúncio à tarde

Crescimento

Meirelles comentou a melhora das suas previsões para o crescimento da economia. O ministro subiu para 2,7% a expectativas de alta do PIB no último trimestre deste ano em relação ao mesmo período do ano passado. "O último trimestre é mais previsível", disse ele, acrescentando que, até lá, a atividade econômica estará totalmente recuperada.

Segundo ele, as posições sobre crescimento do Brasil em 2017 estão mudando muito. Não só para baixo, como para cima. Ele disse que analistas relevantes estão aumentando as suas previsões. "Tem muita mudança para melhorar", afirmou.

Programa de Regularização Tributária atrai 16 mil contribuintes

22/03/2017 – Fonte: Portal Contábil SC

As adesões de contribuintes inscritos na dívida ativa da União ao Programa de Regularização Tributária (PRT) chegaram a 16 mil até o último dia 17 de março.

O valor de arrecadações da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) pode chegar a R\$ 6 bilhões.

Do total de interessados, só houve a confirmação para o pagamento de R\$ 4 bilhões, seguindo as opções de parcelamento previstas na Medida Provisória 766/2017 com a possibilidade de alongar a quitação pelo prazo de até 120 meses, o dobro do tempo permitido na legislação ordinária.

A informação foi dada pelo procurador da Fazenda Nacional, Cristiano Neuenschwander, em encontro com um grupo de empresários para esclarecer dúvidas sobre as novas regras, na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

De acordo com o procurador, a União tem um passivo de R\$ 1,8 trilhão e a maioria, 70%, desse montante refere-se às dívidas de empresas, com valores acumulados que superam R\$ 15 milhões em cada processo.

As que estão nessa condição têm de apresentar garantias para conseguir a renegociação do débito. Além de empresas, o grupo de devedores inclui órgãos públicos, prefeituras, estados e pessoas físicas.

ACORDOS

No caso dos devedores da Receita Federal, as renegociações já atingem R\$ 30 bilhões. O alvo do governo é receber propostas para o pagamento efetivo de R\$ 180 bilhões, segundo informou o coordenador geral de Arrecadação e Cobrança da Receita Federal, João Paulo Machado Martins da Silva.

Ele lembrou que o contribuinte tem prazo até 31 de maio próximo para escolher uma das quatro opções de parcelamento que permitem alongar o prazo de quitação em até 120 meses, o dobro do previsto na legislação ordinária.

Pelas regras do PRT, o contribuinte começa o pagamento com 0,5% do valor da dívida no primeiro ano, depois a proporção sobe para 0,6% no segundo ano e 0,8% no terceiro, com correção pela Taxa Básica de Juros, a Selic.

A grande diferença dessa negociação em relação às anteriores, segundo Martins da Silva, é que não são mais concedidas anistias de juros e multas "em respeito àqueles que pagam seus tributos em dia".

O diretor jurídico da Fiesp, Helcio Honda, afirmou que apesar de positivo, o programa beneficia mais os empresários que estão com prejuízo e base negativa e não é muito atrativo aos contribuintes que estão com lucro presumido.

A expectativa dos empresários, conforme explicou, é de que as cerca de 20 emendas propostas ao Congresso Nacional possam melhorar o PRT de forma que se amplie o leque de contribuintes que querem se regularizar.

O executivo acrescentou que a intenção é pedir redução da multa, dos juros e do próprio valor, para inserir outros empresários no benefício.

PEC de reforma da Previdência recebe 130 emendas válidas para serem analisadas

22/03/2017 – Fonte: Câmara dos Deputados

A PEC 287/16 altera critérios para aposentadoria em relação à idade e ao tempo de contribuição, além de modificar a forma de cálculo dos benefícios, entre outros pontos

EMENDAS À PEC 287/16

TEMA*	QUANTIDADE
Regra de transição	23
Atividades de risco	22
Professores	22
Previdência rural	19
Cálculo do benefício	16
Idade para aposentar	16
Pensão por morte	14
Aposentadoria por incapacidade	11
Servidor público	11
BPC (Benefício de Prestação Continuada)	10
Atividade nociva à saúde	9
Arrecadação previdenciária	7
Contribuição previdenciária	7
Mulheres	6
Novo sistema de Previdência	6
Pessoa com deficiência	5
Previdência Complementar	5
Aposentadoria por tempo de contribuição	4
PMs e bombeiros	4
Incentivo à permanência na ativa	3
Aeronautas	2
Competência judicial	2
Auditoria da dívida	1
Deputados e senadores	1
Magistratura e Ministério Público	1
Policial	1
Reajuste da aposentadoria	1
Referendo	1
Servidores públicos	1
Teto	1

* Algumas emendas têm mais de um

Terminou nesta sexta-feira (17), às 18h30, o prazo para apresentação de emendas ao texto da reforma da Previdência (PEC [287/16](#)). O prazo havia sido prorrogado na quarta-feira pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia.

No total, foram apresentadas 164 emendas, das quais 34 não conseguiram o número regimental suficiente de assinaturas para continuarem tramitando, o que deixa um total de 130 de emendas válidas para serem analisadas pelos deputados integrantes da Comissão Especial da Reforma da Previdência.

Para fazer emendas à reforma, cada deputado tem que reunir 171 assinaturas, que são conferidas pela comissão especial. Se uma emenda não passar na comissão, ainda pode ser analisada na votação do Plenário.

A maior parte das emendas está relacionada a pontos específicos como benefícios assistenciais, professores, trabalhadores rurais, policiais, servidores públicos e mulheres.

Há ainda emendas amplas que buscam mexer ao mesmo tempo em vários pontos, apresentando na prática um texto alternativo ao proposto pelo governo.

Proposta

A PEC altera critérios para aposentadoria em relação à idade e ao tempo de contribuição, além de modificar a forma de cálculo dos benefícios, entre outros pontos. É sugerida uma regra de transição aplicada a homens e mulheres que, na data de promulgação da nova emenda, tiverem, respectivamente, mais de 50 anos e mais de 45 anos.

De acordo com a proposta, a nova regra para a aposentadoria pelo INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) passará a exigir idade mínima de 65 anos e 25 anos de contribuição. No caso dos servidores públicos, as mudanças eliminam regras de transição aprovadas anteriormente, também por meio de emendas constitucionais, em 1998, 2003 e 2005.

Faça sugestões a esta proposta. Abra uma conta no [Wikilegis](#)

Íntegra da proposta:

- [PEC-287/2016](#)

Temer recua e retira servidores estaduais e municipais da reforma da Previdência

22/03/2017 – Fonte: Tribuna PR



Michel Temer faz o pronunciamento ao lado de lideranças do Congresso e seu ministro da Fazenda.

Pressionado por lideranças políticas e surpreendendo a todos com um pronunciamento chamado às pressas no início desta noite de terça-feira, 21, o presidente Michel Temer anunciou que a proposta de reforma da Previdência não vai mais incluir a revisão das regras para servidores estaduais e municipais. É o primeiro recuo oficial do governo na proposta da reforma previdenciária.

O presidente disse que tomou a decisão após várias reuniões com lideranças da Câmara e do Senado nos últimos dias. Nesses encontros, segundo ele, “surgiu com grande força” a ideia de que a União deveria respeitar a autonomia dos Estados e municípios, fortalecer o “princípio federativo” e fazer com que a reforma atingisse apenas servidores federais.

“Vários Estados já providenciaram sua reformulação previdenciária. Seria uma relativa invasão de competência e não queremos neste momento levar adiante”, disse, citando como exemplo categorias de policiais civis e professores. “Funcionários estaduais e municipais, de forma geral, dependerão da manifestação de seus governos estaduais e municipais”, disse Temer.

Temer reiterou que a aprovação da reforma da Previdência é fundamental para o desenvolvimento econômico do País, adequação das contas públicas e geração de novos empregos.

“Estou passando para o relator (Arthur Maia-PPS-BA) e para o presidente da comissão (Carlos Marun-PMDB-MS), que logo amanhã (quarta) transmitirão que, a partir de agora, trabalham com a Previdência apenas para servidores federais”, afirmou. “Desde os primeiros momentos da nossa posse, dissemos que queríamos respeitar o princípio federativo. Reitero essa intenção.”

Temer ressaltou que tomou a decisão em razão de “peculiaridades locais”, e disse que os Estados e municípios farão a reforma “se for necessário”. “Se não, não se submeterão a isso”, afirmou.

Os servidores públicos fazem parte do grupo mais articulado no Congresso no lobby contra a reforma da Previdência. A decisão do presidente pode abrir novos precedentes de mudanças, já que várias categorias de servidores federais também pedem para ficar de fora da Proposta de Emenda à Constituição (PEC), entre eles juízes e procuradores do Ministério Público.

O anúncio foi feito sem a presença dos ministros Dyogo Oliveira (Planejamento) e da Casa Civil, Eliseu Padilha, que coordenaram a equipe responsável pela elaboração da proposta. O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, esteve reunido com Temer durante o início da noite e participou do anúncio, mas não se pronunciou.

Durante o comunicado, Temer estava cercado por lideranças políticas, entre elas o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), o senador Romero Jucá (PMDB-RR) e os ministros da Secretaria-Geral da Presidência, Moreira Franco, e de Secretaria de Governo, Antonio Imbassahy, além do presidente e do relator da comissão da reforma da Previdência na Câmara.

Temer fez apenas um pronunciamento e não respondeu a perguntas, nem mesmo se a medida representava uma derrota da equipe econômica.

Retirada de servidores da reforma da Previdência tem impacto zero, diz Dyogo

22/03/2017 – Fonte: Tribuna PR

O ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, afirmou na noite desta terça-feira (21) que o recuo do governo ao retirar os servidores estaduais e municipais da reforma da Previdência terá impacto zero nas contas federais. Dyogo negou que a mudança de planos prejudicará o ajuste fiscal dos Estados, negociado desde o ano passado pela União.

“A retirada de servidores estaduais e municipais da reforma da Previdência tem impacto zero. O impacto para as contas do governo federal é zero”, repetiu, após mais de sete horas e meia de audiência pública na Comissão Especial da Câmara que discute a reforma.

Questionado se o recuo anunciado no começo da noite desta terça-feira pelo presidente Michel Temer não prejudica o ajuste fiscal dos entes federativos, já que as previdências estaduais estão no centro das dificuldades financeiras de diversos governos regionais, Dyogo respondeu que caberá a esses governos cumprirem o que já foi acordado com a União, fazendo suas próprias reformas.

“O governo achava que daria uma contribuição para ajuste fiscal dos Estados, mas os governos estaduais possuem os meios necessários para fazerem seus ajustes”, respondeu.

O ministro também rebateu a tese de que a retirada de mais uma categoria da reforma – a exemplo dos militares, que nem entraram no projeto – dificultaria o discurso do governo de unificar as regras para todos os trabalhadores. “Existem esferas diferentes. A igualdade de tratamento está mantida na esfera federal”, afirmou.

Após o anúncio de Temer, parlamentares da base de apoio ao governo na Comissão Especial elogiaram a decisão do Planalto, tomada em conjunto com os líderes dos partidos que apoiam a reforma da Previdência. Já os deputados da oposição consideraram que esse recuo – causado pela pressão dos servidores estaduais e municipais sobre os deputados da base governista – é o começo da derrota do projeto no Parlamento.

Maia diz que mudança na proposta tira 70% da pressão contra a reforma da Previdência

22/03/2017 – Fonte: Bem Paraná

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), afirmou na noite desta terça-feira (21) que a retirada dos servidores estaduais e municipais da reforma da Previdência facilita bastante a aprovação e tira 70% da pressão contrária à medida. O deputado negou que a reforma tenha sido esvaziada e afirmou que a demanda para a mudança partiu de vários parlamentares da base governista, da Câmara e do Senado. "Facilita muito [a aprovação], tira 70% da pressão que estava sendo recebida.

A reforma da Previdência estava recebendo uma pressão que não era necessária. Agora, você concentra nos servidores federais, no regime geral e vai ter um sistema saudável", afirmou o deputado. Ainda de acordo com o presidente da Casa, a mudança foi uma decisão colegiada.

"Foi decisão dialogada e discutida entre os partidos da base, comigo e com o presidente da República. Eu acho que se constitui um caminho que vai facilitar muito a aprovação da reforma da Previdência."

Enquete publicada pela Folha de S.Paulo no início do mês mostrou que a maioria dos deputados que compõem a comissão especial que discute o tema são contra alguns dos principais pontos da proposta.

A reforma da Previdência é a principal aposta legislativa do governo de Michel Temer em 2017. Por se tratar de uma emenda à Constituição, são necessários os votos de pelo menos 308 dos 513 deputados e 49 dos 81 senadores, em dois turnos de votação em cada Casa.

Eunício Oliveira anuncia abertura da CPI da Previdência no plenário do Senado

22/03/2017 – Fonte: Tribuna PR

O presidente do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE), anunciou nesta terça-feira, 21, a abertura da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar a situação financeira da Previdência Social. O pedido de abertura da CPI, de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS), reuniu quase 60 assinaturas de apoio, entre elas do líder do governo no Senado, Romero Jucá (RR).

Segundo Paim, o objetivo da CPI é investigar os grandes devedores da Previdência para apurar possíveis fraudes e desvios, além debater a questão do déficit no setor. Para ele, o argumento do governo de que a Previdência é deficitária é uma "história mal contada". "A CPI vai esclarecer se precisa ou não de reforma da Previdência", declarou.

Paim reuniu 58 assinaturas de apoio, mais que o dobro do número mínimo regimental, de 27. Os senadores podem retirar seus nomes da lista até a meia-noite de hoje. Caso sejam confirmadas as assinaturas suficientes, os líderes partidários já podem indicar representantes para integrar a comissão a partir de amanhã, porém não há prazo determinado para que isso seja feito.

Com duração de 120 dias, a CPI tem poderes de investigação próprios de autoridades judiciais. A comissão pode convocar pessoas para depor, ouvir testemunhas, requisitar documentos e determinar diligências, entre outras medidas. A ideia de criar uma CPI partiu do presidente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap), Warley Martins, que buscou o apoio de Paim.

Raul Velloso: com reforma parcial, ajuste fiscal fica comprometido

22/03/2017 – Fonte: Tribuna PR

A retirada de servidores estaduais e municipais da reforma da Previdência, conforme anunciado pelo presidente Michel Temer na noite desta terça-feira, 21, é uma notícia muito ruim, pois compromete o ajuste fiscal, avaliou o especialista em contas públicas Raul Velloso. Segundo ele, a exclusão enfraquece o controle de gastos dos Estados e municípios e, portanto, a eficiência do ajuste fiscal global. "O ajuste é pensado globalmente. Se há enfraquecimento dos Estados e municípios, não funciona."

Velloso considera que será mais difícil a aprovação da reforma em cada assembleia estadual ou municipal. "Uma coisa é a ordem vir de Brasília, a outra é o governador ou prefeito enfrentar a resistência e a oposição dos sindicatos tão de perto". O especialista em contas públicas lembra ainda que esse é um revés grande para os estados em um momento que vários Estados estão com problemas fiscais. "Isso não vai ajudar os Estados em um momento que eles precisam cortar gastos."

Velloso disse ainda que foi pego de surpresa com o anúncio de Temer. Segundo ele, a notícia é recente e ainda é preciso saber como o governo fará essa separação para que a reforma valha somente para servidores federais, já que normalmente este tipo de regra é geral. "Estou curioso para saber como será essa separação, mas no fundo o governo federal está dizendo para Estados se virarem sozinhos", reforça.

Previdência está engolindo todas as outras despesas do governo federal, diz Dyogo

22/03/2017 – Fonte: Tribuna PR

Ao defender a reforma da Previdência, o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, disse nesta terça-feira, 21, que a despesa previdenciária estaria "engolindo" o orçamento federal e impedindo o governo de realizar mais investimentos. Em audiência pública na Comissão Especial que analisa a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 287 na Câmara dos Deputados, ele citou que o gasto com Previdência no País cresce R\$ 50 bilhões por ano, enquanto o investimento público é de R\$ 40 bilhões.

"Somente neste ano serão gastos R\$ 720 bilhões com a Previdência. Isso é pouco ou muito? A Saúde, por exemplo, terá R\$ 100 bilhões", comparou.

Ele lembrou que o déficit na Previdência federal no ano passado foi de R\$ 227 bilhões, e argumentou que a reforma proposta pelo governo estabiliza as despesas previdenciárias. "E não mais do que isso, não vai fazer as despesas caírem, mas sim mantê-las no nível atual, antes que elas inviabilizem o orçamento", completou.

O ministro também comparou a reforma brasileira, que classificou como gradual, com as reformas abruptas que tiveram que ser realizadas em outros países e em alguns

Estados do País. "Portugal e Grécia congelaram suas previdências, enquanto o Rio de Janeiro e o Rio Grande do Sul simplesmente não pagam. Já o Brasil tem a oportunidade de fazer a reforma sem credores batendo na porta", argumentou.

De acordo Dyogo, a reforma preserva os direitos de todos aqueles que estão aposentados ou recebem pensões e tem uma regra de transição suave, de 20 anos. Para ele, a PEC 287 traz uma reforma dentro do "estritamente necessário". "Somente o necessário, nem um pouco além. Não se pode falar que se trata de uma reforma duríssima", alegou.

Durante a exposição, em meio a diversas intervenções de parlamentares de oposição críticos à PEC, Dyogo afirmou que a reforma protege a maior parte das pessoas, que recebe o salário mínimo. Além disso, ele citou que os trabalhadores rurais poderão contribuir nos moldes do Microempreendedor Individual (MEI), com cerca de R\$ 50 por mês. "O trabalhador rural no dia seguinte pode ser urbano, precisamos identificá-lo até mesmo para que ele possa ter acesso a outros benefícios previdenciários", acrescentou.

O ministro iniciou a exposição citando dados recentes que mostram o começo da recuperação da economia. Ele citou o sucesso do leilão de aeroportos e a melhora da perspectiva do rating brasileiro pela Moody's. "Atravessamos um momento crítico da economia, mas coisas começam a melhorar. Temos o fim da recessão, com crescimento de arrecadação e recuperação do emprego", elencou.

Dyogo disse ainda que as taxas de juros estão caindo e ressaltou que o mercado já cogita a possibilidade da taxa Selic chegar a um dígito ainda em 2017 e a 8% em 2018. "O processo de credibilidade começou com aprovação da PEC do teto de gastos, mas ainda teremos déficit primário em 2017 e 2018, e quiçá tenhamos superávit em 2019. Isso significa que não podemos nos desmobilizar na aprovação de reformas", concluiu.

Tripoli: Meirelles deixou porta aberta de negociação sobre reforma da Previdência

22/03/2017 – Fonte: Tribuna PR

O líder do PSDB na Câmara, Ricardo Tripoli (SP), afirmou que o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, "deixou a porta aberta" para as negociações sobre a reforma da Previdência com a bancada. Os deputados tucanos se reuniram nesta terça-feira, 21, por cerca de três horas com Meirelles. No encontro, o ministro deixou claro aos parlamentares que se algum ponto da reforma for retirado, outro equivalente precisa ser incluído.

O PSDB é autor de uma emenda que modifica trecho sobre o Benefício de Prestação Continuada (BPC) do projeto enviado pelo governo. "Tudo bem, todos somos favoráveis ao maior número de benefícios. A questão é que precisamos pagar isso e quem paga é a população brasileira. Precisamos equilibrar esses benefícios. Discutimos que se tirar algo, vai ter que colocar algo equivalente. O que não é possível é fazermos de conta que ninguém está pagando. O efeito disso é dramático", considerou Meirelles sobre os pleitos dos tucanos.

O ministro avaliou a reunião com a bancada do PSDB como "muito produtiva e interessante" com propostas e discussões "muito sérias". "Levei para a bancada o meu ponto de vista de que a reforma da Previdência não é uma vontade ou uma opinião. É uma necessidade", disse o ministro. "Por mim todo mundo poderia se aposentar aos 50 anos, mas essa é uma conta que alguém tem que pagar", reforçou.

Segundo o líder do PSDB, o partido possui cerca de oito pontos de divergência com a proposta do governo, que foram entregues por escrito ao ministro e ao secretário da

Previdência, Marcelo Caetano. O secretário deve se reunir novamente com a bancada até a semana que vem, quando já deve prestar outros esclarecimentos sobre os questionamentos dos tucanos.

Tripoli disse que a reunião foi voltada para a questão previdenciária com viés tributário. "O ministro foi muito sabatinado, apertado pela bancada", contou. Temas em que há consenso na bancada, como a paridade na idade mínima de aposentadoria para homens e mulheres, não chegaram a ser discutidos.

Após a reunião, Meirelles disse ainda que a reforma precisa estar de acordo com a população. "O povo brasileiro tem que decidir o que é melhor. Precisamos melhorar a comunicação visando esclarecer para que as pessoas possam tomar a sua decisão de apoiar ou não a reforma", afirmou.

Questionado sobre a previsão de votação da reforma da Previdência ainda no primeiro semestre, Meirelles respondeu que ainda não é possível prever uma data. "Estamos conversando com bancadas, mas todo mundo espera que aconteça muito rapidamente", disse.

Meirelles voltou a defender que o objetivo da reforma é "garantir que o Brasil volte a ter condições para crescer". "Vamos chegar no final do ano crescendo bem e entrando no próximo ano em 2018 com crescimento de mais de 3% ao ano. Para quem estava caído é um progresso extraordinário", declarou.

Relator da reforma da Previdência vai "calibrar" regra de transição'

22/03/2017 – Fonte: Gazeta do Povo

Deputado Arthur Maia diz que regra proposta pelo governo cria "desigualdade muito grande"



O deputado Arthur Maia (PPS-BA), relator da comissão especial da Câmara sobre a reforma da Previdência, afirmou na noite de segunda-feira (20) que as regras de transição estipuladas na PEC enviada pelo governo ao Congresso devem ser "melhor calibradas". "Teremos que fazer uma conciliação entre idade e tempo de contribuição para criar uma regra de transição que tenha mais justiça", disse o parlamentar em entrevista ao programa Roda Viva, da TV Cultura.

Maia citou dois casos hipotéticos para demonstrar a necessidade de mudanças nas regras de transição: um contribuinte com 50 anos de idade e 34 anos de contribuição que, pelas regras que constam da PEC, teria de esperar seis meses a mais e se aposentaria com pouco mais de 51 anos; e outro com 49 anos e o mesmo tempo de contribuição, mas que teria de passar mais 16 anos trabalhando, por não ter 50 anos no momento da reforma e para atingir a idade mínima de 65 anos.

"É uma desigualdade muito grande, será preciso fazer uma calibragem melhor nas regras de transição", disse o relator.

Sobre o estabelecimento da regra da idade mínima de 65 anos para a aposentadoria – que recebe muitas críticas por causa da expectativa de vida do brasileiro em regiões

mais pobres, que não chega a 70 anos em alguns casos –, Maia afirmou que o Brasil vai se equiparar a muitos países da América Latina e à média do mundo.

“É uma idade que tem sido largamente utilizada”, afirmou, citando Argentina, Chile e México – “que é mais pobre que a gente” – como exemplos de países que já trabalham com esse patamar. Segundo ele, os 65 anos constam da Constituição de 1988, ao lado da regra que exige 35 anos de contribuição. “Houve daí a interpretação que as regras eram alternativas, e chegamos à condição que estamos hoje.”

Ainda para defender os 65 anos, Maia afirmou que a expectativa de sobrevida do brasileiro – ou seja, a expectativa de vida do grupo que passa dos 50 anos de idade – chega aos 84 anos, na média. “E a diferença entre as regiões não chega a dois anos e meio”, disse, para minimizar as críticas de que pessoas das regiões mais pobres vivem menos e seriam mais penalizadas com as mudanças.

O deputado afirmou também que as mais de 130 sugestões de mudanças apresentadas à PEC na Câmara estão sendo “precificadas” com o auxílio do Ministério do Planejamento, já que “toda emenda tem custo”. “Estamos fazendo o relatório em sintonia permanente com o Dyogo (Oliveira, ministro do Planejamento)”, disse Maia. Segundo ele, as concessões propostas por parlamentares sobre o texto do governo poderiam tornar a reforma inócua, se aceitas sem ponderação. “Não adianta a PEC com tanta concessão. Teríamos o desgaste (de aprovar a reforma) e não teríamos o benefício.”

O relator da reforma disse considerar que os pontos mais sensíveis da PEC são os que afetam os trabalhadores rurais e as pessoas inseridas no âmbito do Benefício de Prestação Continuada (BPC) - pago a deficientes e a idosos cuja renda familiar per capita seja inferior a um quarto do salário mínimo.

Sobre a aposentadoria rural, Maia afirmou estar “vendo várias propostas sobre assunto”, mas que considera “fundamental” individualizar os beneficiários - hoje, a contribuição é feita sobre a produção da propriedade familiar.

A respeito do BPC, o relator afirmou que o objetivo é conter a judicialização da concessão dos benefícios, mas garantiu que as pessoas deficientes continuarão a ter acesso aos recursos. Já a idade mínima para que idosos tenham direito ao BPC vai subir de 65 para 70 anos, de acordo com a PEC.

Para evitar desgaste, ministro da Justiça é tirado de cena

22/03/2017 – Fonte: Tribuna PR

O ministro da Justiça, Osmar Serraglio, foi orientado a se expor o mínimo possível desde que a Operação Carne Fraca veio à tona. A ordem partiu do Palácio do Planalto. Em conversas reservadas, auxiliares do presidente Michel Temer dizem que Serraglio – há apenas 15 dias no cargo – deve “submergir” para evitar mais desgaste e não se indispor com a Polícia Federal.

A crise envolvendo o ministro, porém, é reforçada até mesmo por integrantes do seu partido, o PMDB. A senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) disse nesta terça-feira, 21, que, quando era titular da Agricultura, ainda no governo Dilma Rousseff, Serraglio – à época deputado federal – e seu colega Sérgio Souza (PMDB-PR) a pressionaram para manter Daniel Gonçalves Filho no posto. Ex-superintendente do Ministério da Agricultura no Paraná entre 2007 e 2016, Daniel é considerado pela Polícia Federal como o chefe da “quadrilha” desbaratada pela Operação Carne Fraca.

Interceptações telefônicas capturaram conversa de Serraglio com Daniel, um dos alvos da investigação. No diálogo, o então deputado se referia a Daniel como “grande chefe”.

“Esse cidadão que foi nomeado tinha processos administrativos no ministério e nunca tive notícias de uma pressão tão forte para não tirar esse bandido de lá”, afirmou Kátia. “Dois deputados do meu partido insistiram que a lei não fosse cumprida a ponto de eu ter de ligar para a presidente Dilma, comunicar minha decisão de demitir e avisar que, com as consequências políticas, eu iria arcar. E ela disse: “Demita já”, relatou a senadora, no plenário. A demissão, porém, não ocorreu.

Serraglio rebateu Kátia. Em nota divulgada à noite, o ministro da Justiça disse que a indicação de Daniel foi feita pelo então deputado Moacir Micheletto – morto em acidente de carro, em 2012 – e “chancelada” pela bancada do PMDB no Paraná.

Para ele, a ex-ministra admitiu, no discurso, que só manteria o superintendente regional após o apoio dos senadores do PMDB. “Sobre a resistência em nomear (ratificá-lo no cargo), deu-se por haver divergências políticas entre ela (Kátia) e a maioria da bancada, que era a favor do processo de impeachment da então presidente Dilma Rousseff”, escreveu o ministro.

Saída

Apesar das explicações, deputados e senadores continuaram pedindo a cabeça de Serraglio. O governo avalia que houve “espetacularização” da operação da PF, com prejuízos à economia, mas recomendou ao ministro que não se manifeste sobre o assunto nem compre brigas. Se necessário, ele deve responder “pontualmente” às acusações. Diante dessa ordem, a agenda de Serraglio tem sido de compromissos no gabinete.

A Comissão de Ética da Presidência recebeu nesta terça uma representação assinada pelos deputados Afonso Florence (PT-BA) e Robinson Almeida (PT-BA) contra Serraglio. Os parlamentares entraram, ainda, com pedido de investigação na Procuradoria-Geral da República.

Além da apuração do esquema revelado pela Carne Fraca, os petistas querem a demissão do ministro. “Ninguém chama os outros de chefe gratuitamente”, disse Almeida. O conselheiro Marcelo Figueiredo será o relator do caso na Comissão de Ética da Presidência. O colegiado tem reunião marcada para segunda-feira.

Após Carne Fraca, deputados da UE tentam frear acordo com Mercosul

22/03/2017 – Fonte: Tribuna PR

Deputados europeus pressionam a Comissão Europeia para que freie as negociações com o Mercosul diante da fraude na carne brasileira, enquanto autoridades veterinárias de Bruxelas criticam de forma dura a gestão do governo de Michel Temer em relação à crise e fazem até novas ameaças.

A Agência Estado apurou que a Comissão Europeia se reuniu com deputados do bloco e indicou que pode ampliar o embargo contra produtos brasileiros se constatar irregularidades em novos testes que irá realizar. Em todos os portos do continente, autoridades estão colhendo amostras de carnes brasileiras e outros produtos que estejam entrando no mercado europeu.

Se ficar provado que existem problemas de saúde nesses carregamentos, a UE deixou claro que “não hesitará em tomar novas medidas”. Na próxima semana, conforme a Agência Estado já havia revelado, o comissário de Saúde do bloco Vytenis Andriukaitis estará no Brasil para tratar da crise.

“Se o Brasil não nos der garantias e se vemos que o problema é sistêmico, haverá consequência”, disse Michael Scannell, chefe do escritório de Veterinária da Comissão Europeia. Segundo ele, Bruxelas pediu que todos os governos do bloco elevassem os controles sobre alimentos de origem animal importados do Brasil. “Pedimos maiores

controles físicos e a inclusão de controles de higiene”, disse, indicando que um primeiro resultado desse esforço será conhecido na sexta-feira.

A pedido da Europa, o Brasil suspendeu as exportações de quatro estabelecimentos envolvidos na Operação Carne Fraca. Mas, durante a reunião em Bruxelas, Scannell admitiu que, no passado, “fez auditorias no Brasil e encontrou problemas”. “No setor de carnes, continuamente temos alertado sobre problemas ao longo de anos”, disse.

No setor bovino, apenas “um número pequeno de estabelecimentos” pode exportar hoje. No caso da carne suína, o chefe dos veterinários insiste que o Brasil “fracassou nas auditorias” e nenhum grama de carne entra. Mesmo entre as empresas brasileiras autorizadas a exportar, a UE confirmou que registrou ao longo dos anos 47 casos de irregularidades.

“Insistimos que temos preocupações de que tal grau de corrupção dentro dos estabelecimentos e das agências de controle não tenha sido de conhecimento das autoridades”, disse. Esperávamos, francamente, que esses problemas tivessem sido detectados e que algo sério estivesse ocorrendo, sem ter de esperar pela polícia”, afirmou Scannell.

Tradicionalmente contrários a um acordo com o Mercosul, o lobby agrícola no Parlamento Europeu aproveitou a crise para deixar claro que não quer um acordo com o Brasil. “Temos um problema muito grave no Brasil”, declarou o eurodeputado e ex-ativista francês José Bové. “Se a fraude ocorreu em quatro estabelecimentos, tem uma falha de um sistema global de controle de fraude”, disse. “Não são apenas as quatro empresas que estão em questão. É o Brasil que está em xeque”, atacou.

Bové pediu formalmente para que a Europa reveja todo o sistema de avaliação das condições de exportação do Brasil. “Todo o sistema é que está sendo questionado. Podemos levar um ou dois anos para restabelecer. Mas como é que podemos negociar com um parceiro quando vemos que ele está colocando a mão no bolso?”, atacou.

“Não podemos fazer concessões a quem tentou enganar”, disse o deputado Eric Andrieu. “Temos de ser cautelosos com acordos. Quando é que vão anunciar o fim das negociações?”, questionou o também deputado Philippe Loiseau. “Depois do que descobrimos, por que ainda estamos negociando um acordo com eles?”, criticou o deputado Luke Flanagan.

Para o eurodeputado John Agnew, existe “uma cultura da propina no Brasil”. “Se vamos continuar a importar do Brasil, a única forma é enviar nossos inspetores lá”, defendeu. “Onde existe uma suspeita sobre um produto, existe sobre todos”, disse a deputada Mairead McGuinness.

Paolo De Castro, deputado italiano, qualificou o caso como um “escândalo muito sério” e exigiu que os padrões europeus sejam impostos ao Brasil se o país quer vender para o mercado europeu. “É um escândalo grave que desestabiliza o consumidor”, disse o deputado Michel Dantin. “Os autores precisam ser condenados na Europa como no Brasil”, disse.

Críticas

Ao explicar aos deputados o que ocorria no Brasil, os negociadores abandonaram a diplomacia. “Ficamos sabendo pela imprensa”, lamentou Scannell. “Deixamos claro para o Brasil que era inaceitável que tivéssemos tido conhecimento do escândalo pela imprensa e que não tivemos contatos oficiais”, afirmou.

De acordo com ele, uma primeira comunicação de Bruxelas foi enviada ao governo ainda na sexta-feira, pedindo esclarecimentos e exigindo “medidas decisivas”. Nos dias

que se seguiram, houve um "contato diplomático intenso" com o Brasil e até um encontro de Temer com embaixadores.

"Na segunda-feira, examinamos a resposta do Brasil a nossas preocupações iniciais e o encontro com o presidente. Não ficamos felizes com as respostas e escrevemos imediatamente pedindo mais informações", explicou Scannell. "Nossa preocupação mais imediata era sobre os estabelecimentos implicados", disse. "Insistimos para que as autoridades brasileiras retirassem da lista de exportadores esses estabelecimentos imediatamente", contou.

Desde segunda-feira, negociadores sul-americanos e europeus estão reunidos na Argentina para debater como garantir um acordo entre os dois blocos até o final do ano. Fontes europeias em Buenos Aires confirmaram à Agência Estado por telefone que, apesar do escândalo e da suspensão da carne por parte de Bruxelas, o ritmo das negociações não foi alterado. No começo da semana, o porta-voz da Comissão Europeia para comércio, Daniel Rosário, garantiu que o caso da carne não afetaria as negociações com o Mercosul.

Meirelles diz que não terá decisão sobre correção da tabela do IR nesta quarta

22/03/2017 – Fonte: Tribuna PR

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, disse que o governo não anunciará a correção da tabela do Imposto de Renda nesta quarta-feira, 22, quando será divulgado o corte no orçamento de 2017. "Não há pressa nessa decisão", afirmou, ressaltando que qualquer mudança só valerá para as declarações de 2018.

O ministro disse que o tamanho do contingenciamento não está fechado e que a equipe econômica se reunirá amanhã de manhã para fechar as contas. Segundo Meirelles, o número final dependerá de hipóteses referentes à arrecadação, como as projeções para o programa de repatriação, programa de regularização tributária, leilões de infraestrutura e com o aumento da atividade econômica.

"Estamos refinando os números, pegando os últimos dados disponíveis para ter a melhor previsão possível. É preferível não ter aumento de tributo, mas se precisar, vamos fazê-lo", afirmou.

Apesar de nesta quarta-feira, 22, o governo apresentar novas projeções para o PIB neste ano, o ministro disse que não está sendo calculado nenhum tipo de impacto da Operação Carne Fraca na economia. "Precisamos ver quais serão os desdobramentos disso", explicou.

Meirelles comentou declarações dadas pelo líder do governo no Senado, Romero Jucá, ao jornal Folha de S.Paulo, de que o corte ficaria entre R\$ 30 bilhões a R\$ 35 bilhões. "Essa certamente é a opinião do líder", afirmou.

Previdência

Meirelles falou rapidamente com a imprensa após reunião com a bancada do DEM na Câmara dos Deputados para discutir a reforma da Previdência.

Após a apresentação de diversas emendas, o ministro disse que qualquer mudança no projeto de reforma terá de ser compensada por outra mudança. "Não faz sentido fazer uma reforma que não resolve o problema. Se for retirar itens importantes, teremos de acrescentar itens importantes", afirmou.

Aneel: qualidade do fornecimento, em duração de interrupção, é a melhor em 9 anos

22/03/2017 – Fonte: Tribuna PR

O diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Romeu Rufino, destacou nesta terça-feira, 21, dados sobre a melhora na qualidade dos serviços de distribuição de energia em 2016. “Registramos o melhor DEC (indicador de duração das interrupções no fornecimento de energia) dos últimos 9 anos”, disse, durante reunião de diretoria da autarquia. “Temos tido um foco forte em melhorar a qualidade e estou satisfeito de ver que esse trabalho tem dado resultados”, comentou.

Conforme dados apurados pela Aneel, o DEC consolidado Brasil apresentou uma redução de 15% em 2016, em relação a 2015. Na média nacional o índice passou de 18,6 horas de ausência de fornecimento para 15,82 horas, na comparação entre os dois anos. “A energia esteve presente em 99,82% do tempo. Além de o fornecimento de energia ser o serviço mais universalizado, 99,7%, é também de alta qualidade”, afirmou Rufino.

Outro indicador acompanhado pela Aneel, de frequência das interrupções, ou FEC, teve melhora mais discreta, passando de 9,86 vezes, na média nacional, em 2015, para 8,87 vezes em 2016.

De acordo com diretor-geral da agência, a melhora verificada está relacionada a um conjunto de ações desenvolvido pela autarquia, particularmente junto às distribuidoras com os indicadores “mais distantes do contratado”.

Conforme explicou, o regulador atuou com a realização de uma fiscalização e um acompanhamento mais rigorosos junto a essas concessionárias, cobrando a melhoria dos processos. “Fomos bem sucedidos nesse processo, várias dessas companhias mostraram melhora relevante”, disse.

Ele lembrou que o modelo de contrato para a renovação das concessões de distribuição hoje utilizado também contribuiu para que as empresas atuassem com mais foco na melhora da qualidade do serviço, tendo em vista que o contrato é mais severo no que diz respeito à entrega dos índices de qualidade contratados, com possibilidade de abertura de processo de caducidade caso as empresas não apresentem o desempenho acordado.

Para Dyogo, governo manterá trajetória de inflação abaixo do centro da meta

22/03/2017 – Fonte: Tribuna PR

O ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, acredita que a inflação continuará bem comportada, o que permitirá reduzir a taxa de juro. Além das condições monetárias, o ministro defendeu que retomada da economia também precisa da agenda de reformas estruturais para que o crescimento seja sustentável.

“A inflação está abaixo do centro da meta. Eu sou otimista e acho que a gente vai manter a trajetória abaixo do centro da meta por algum tempo. Isso é uma boa notícia pois permite prosseguimento da política monetária mais flexível”, disse Dyogo Oliveira em evento organizado pelo Council of the Americas na capital federal.

O ministro reconhece que a economia já dá sinais de retomada, mas, para que o movimento seja continuado, ele defende a realização da agenda de reformas. “Nosso grande desafio é o ajuste das contas públicas e a continuidade do ajuste fiscal”, disse, ao comentar que o primeiro movimento dessa agenda foi a aprovação da PEC do teto de gastos. “A segunda parte do ajustamento é a reforma da Previdência. É o divisor de águas para a situação que nós queremos alcançar”, disse.

Oliveira notou que investidores já se movimentam diante da perspectiva de aprovação dessa reforma, especialmente porque a aprovação do projeto permitirá que o governo tenha menor presença na economia. "Temos um problema de prioridades de aplicação de recursos no País. Aplicamos pouco no crescimento e precisamos abrir espaço nas despesas para ter mais ações voltadas ao crescimento. Para isso, precisamos conter o crescimento das despesas com Previdência".

Sem a reforma, o ministro prevê que a despesa com a Previdência saltaria do patamar equivalente a 8% do Produto Interno Bruto para cerca de 17% em 2060. "Isso será revertido com a reforma. A reforma permite a estabilização desse gasto em relação ao tamanho da economia e a despesa fica estável entre 8% e 9% do PIB. Isso é o que nós estamos buscando".

Oliveira notou que muitos investidores já têm percepção positiva sobre essa agenda reformista e deu como exemplo a queda do indicador do risco país. "A percepção de risco caiu fortemente nos últimos meses e estamos voltando ao nível de quando nós tínhamos investment grade", disse, ao lembrar da recente mudança da perspectiva anunciada pela agência Moody's.

O ministro também lembrou de outras iniciativas reformistas, como a mudança na legislação trabalhista que reduzirá os litígios, a mudança nos processos de concessões, a regularização de terras, redução de conteúdo local na indústria do petróleo e a liberação dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), entre outras medidas. "Há uma ampla agenda e o governo está agindo em diversas frentes para melhorar o ambiente de negócios."

Cortes no Orçamento

Dyogo Oliveira fugiu de todas as perguntas sobre o corte do Orçamento que será anunciado na quarta-feira, 22. "Amanhã saberemos se haverá corte", disse. Segundo ele, ainda não está fechado o tamanho do corte, o que dependerá de definições sobre a sua composição que serão feitas entre a terça e a quarta.

O ministro garantiu que o corte será feito com transparência para mostrar o cumprimento da meta fiscal desse ano, no relatório de avaliação de despesas e receitas do Orçamento que será enviado ao Congresso na quarta.

PDVS em estatais

Dyogo disse que o Brasil está atuando em diversas frentes para melhorar o ambiente de negócios do País. Um dos principais, segundo ele, é a reestruturação de estatais, em que o governo já contabiliza a adesão de 50 mil funcionários a Planos de Demissão Voluntária (PDV).

"Tivemos nos últimos anos um processo bastante duro de deterioração das empresas estatais do País em termos de seus resultados e atividades", afirmou o ministro. "Desde o início do governo do presidente Michel Temer, foram tomadas muitas ações para melhorar a gestão e desempenho dessas empresas."

Dyogo mencionou a nova lei de governança das estatais, que restringe as nomeações eminentemente políticas e estabelece dispositivos que melhoram procedimentos e aproximam a gestão dessas companhias ao que é feito na iniciativa privada.

Ele ressaltou ainda que as empresas estão mais concentradas em seu core business e estão abrindo mão de negócios que não condizem com sua atividade. Dyogo disse ainda que a Petrobras já concluiu 90% de seu plano de desinvestimentos.

Dyogo citou a venda da distribuidora de energia Celg, que era controlada pela Eletrobras, e disse que outras seis concessionárias devem ser repassadas à iniciativa privada, melhorando a situação da estatal e o atendimento da população.

Sobre a Infraero, o ministro disse que o governo ainda discute a melhor maneira de reestruturar a empresa. “Uma nova rodada de concessões está em discussão, mas o tema ainda não foi definido.”

Venda de aço plano em fevereiro foi a pior da série histórica, diz Inda

22/03/2017 – Fonte: Tribuna PR

As vendas de aço plano pela rede de distribuição, de 215,5 mil toneladas, em fevereiro de 2017, marcaram a pior performance da série histórica do Instituto Nacional dos Distribuidores de Aço (Inda). Esse volume representou queda de 9,8% em relação a janeiro e recuo de 11,3% ante o mesmo mês de 2016.

“Os distribuidores estão com dificuldade de repassar os aumentos de preços e está havendo no mercado uma queda de braço”, disse o presidente do Inda, Carlos Loureiro.

No primeiro bimestre do ano a queda de vendas chega a 6,2%, para 454,4 mil toneladas. Para o ano a entidade projeta alta de 5% das vendas em relação ao observado em 2016.

Além das vendas terem decepcionado, os estoques em fevereiro também registraram o pior volume para um mês de fevereiro. “Nunca o estoque foi tão alto e isso está nos preocupando”, disse.

Compras

As compras da rede de distribuição caíram 1,2% em fevereiro em relação ao mesmo mês do ano passado, para 222,2 mil toneladas, de acordo com dados do Inda. Em relação a janeiro a retração foi de 11,1%.

Com esse desempenho, os estoques da rede caíram 0,7% em relação ao mês imediatamente anterior, para 918,3 mil toneladas. O giro dos estoques, no entanto, subiu para 4,3 meses.

Para março a projeção do Inda é que tanto as vendas quanto as compras da rede de distribuição cresçam 25% em relação a fevereiro.

Bobinas

O prêmio da bobina a quente, que é a diferença entre o aço importado em relação ao nacional, está hoje entre 15% e 16%, considerando uma taxa de câmbio em R\$ 3,10. Já na bobina a frio o prêmio chega a 25%, disse Loureiro.

As importações fecharam fevereiro com alta de 144,3% na relação anual para 59,4 mil toneladas. Ante janeiro, contudo, houve queda de 52,4%. As importações se concentraram em zincados.

Segundo Loureiro, a expectativa é que uma combinação de real valorizado e aumento de preços no Brasil provoque um aumento das importações de aço plano neste ano pelo Brasil.

Firmes no preço

Até o momento as siderúrgicas brasileiras estão firmes com suas tabelas de preços, apesar o aumento do prêmio do aço. “Se o prêmio crescer mais e provocar mais importações, as usinas terão que repensar em preços”, destacou Loureiro.

Termomecanica investe R\$ 8 milhões e expande produção com nova fábrica

22/03/2017 – Fonte: CIMM

Dando continuidade a sua estratégia de crescimento, a Termomecanica investiu R\$ 8 milhões na implantação de uma nova fábrica (infraestrutura e equipamentos), localizada no polo industrial de Manaus (AM) e deve entrar em operação a partir de abril.

A nova unidade cria condições para que a empresa, líder do setor de transformação de metais não ferrosos, cobre e suas ligas, passe a atender com mais agilidade e preços competitivos principalmente os fabricantes do setor de refrigeração, que em grande parte se concentram na região.

A expectativa é de que, a partir de 2018, a Termomecanica da Amazônia esteja usando 100% de sua capacidade instalada, atingindo a produção de 150 toneladas mensais de insumo para atender a indústria de refrigeração.

De acordo com Carlos Alberto Legori, diretor industrial da TM da Amazônia, embora a Termomecanica já tenha market share significativo nesse segmento, a nova unidade industrial aproxima a companhia da meta de abastecer 100% do mercado nacional, que hoje ainda importa parte desses insumos.

“A TM da Amazônia facilita muito a logística de entrega de produtos, reduz custos e nos deixa muito mais competitivos para a entrega de produtos com a mesma qualidade que os fabricados em nossas plantas em São Bernardo. Os clientes ainda têm o benefício de não precisar manter grandes estoques para atender às suas necessidades. A reserva poderá ficar armazenada em nossa própria planta”, explica.

O carro-chefe da linha de produção da Termomecanica Amazônia é o tubo de cobre ranhurado que possui excelente aplicação na fabricação e instalação de sistemas de refrigeração e ar-condicionado, assim como de compressores, linha branca, refrigeradores comerciais, evaporadores, trocadores de calor, conexões, purificadores de água, entre outros.

A TM da Amazônia é a quinta fábrica da Termomecanica, que conta ainda com duas unidades em São Bernardo do Campo (SP), uma no Chile e uma na Argentina, além de um Centro de Distribuição em São Bernardo do Campo (SP) e outro em Joinville (SC).

“Nesses últimos anos, mesmo com as incertezas políticas e econômicas, fizemos questão de investir em tecnologia, novos processos e treinamentos dos funcionários para aprimorar ainda mais a qualidade dos produtos e do atendimento prestado ao cliente.

Em 2016, apostamos inclusive em uma nova linha de Alumínio, que por conta da versatilidade e variedade de aplicações que comporta é uma excelente alternativa ao cobre. Tudo isso nos preparara para a desejável retomada da economia”, finaliza Pedro Torina, também Diretor da empresa.

Empresas apostam em serviços de mobilidade

22/03/2017 – Fonte: Automotive Business

Todas as concessionárias desconfiam – ou mesmo têm certeza – de que seu modelo de negócio poderá mudar de modo bastante relevante nos próximos anos. Há muitos exemplos que saltam aos olhos, principalmente vindos do exterior, mas também aqui. Para começar, basta ver a seguradora Porto Seguro, do Grupo Itaú, se movimentando para expandir sua área de atuação.

A empresa caba de anunciar o serviço batizado de Carro Fácil, inédito no Brasil. Funciona por assinatura: paga-se uma mensalidade e a empresa cuida de tudo. Oferece um veículo novo sem os procedimentos comuns de negociações na compra, desvalorização na venda, documentação, manutenção e gastos com seguro. Já funciona no Estado de São Paulo e principais regiões do Rio de Janeiro.

Trata-se, de início, de uma opção para profissionais liberais e empreendedores que precisam do carro no dia a dia, em trajetos urbanos e municípios vizinhos. Todos os custos são rateados nas mensalidades do contrato, pagas com cartão de crédito para maior controle de despesas. A companhia de seguro destaca o começo de uma mudança de comportamento: o "ter" substituído pelo "usar".

Há dois modelos de contrato, 12 ou 24 meses, e quatro planos de rodagem a partir de 25 mil quilômetros anuais. São veículos zero quilômetro de diversas marcas. Inclui carro-reserva e serviço leva-e-traz para manutenções preventivas. Ao término, carros entregues em bom estado de conservação, sem sinistro ou avarias, e quilometragem abaixo do contratado, recebem franquia do seguro reduzida e isenção da primeira mensalidade da renovação do plano de outro zero-km.

No exterior, porém, existem ofertas mais atraentes. Foi lançado um novo serviço de carro compartilhado, faz dois meses, na França. 'Citroën Earn & Drive' permite que o cliente consiga ganhar dinheiro com seu veículo em períodos de não utilização. Trata-se de locação de longa duração (LLD) dedicada, combinada à otimização de recursos. São três benefícios oferecidos:

- Estacionamento gratuito assim que carro é confiado a um ponto de coleta parceiro.
- Remuneração por cada quilômetro percorrido quando ocorrer o aluguel.
- Rendimento mínimo garantido desde que carro seja colocado à disposição 20 dias no mês (mesmo se nunca for alugado durante esse período).

O valor da remuneração por quilômetro percorrido e o rendimento mínimo garantido dependem do segmento ao qual pertence o modelo. Sem nenhuma ação relacionada à locação do carro (interações com locatários, formalidades de seguro etc) o cliente se limita a desfrutar de seus ganhos mensais que podem compensar total ou parcialmente sua LLD. Isso reduz significativamente o orçamento dedicado ao carro.

Assim, para um modelo de entrada o rendimento mínimo garantido de € 149 (em caso de colocação à disposição por 20 dias no mês) compensa integralmente o montante de sua locação (€ 149/mês). Solução ideal para quem utiliza o automóvel somente aos finais de semana.

Graças à flexibilidade (nenhuma obrigação de compartilhar o carro) e à simplicidade (sem formalidade com eventuais locatários) é uma solução criativa e em sintonia com os novos tempos de serviços de mobilidade.

Autopeças anotam US\$ 1,05 bi de déficit

22/03/2017 – Fonte: Automotive Business



O déficit na balança comercial de autopeças no primeiro bimestre de 2017 somou US\$ 1,05 bilhão, superando em 46,3% o valor observado nos dois primeiros meses do ano passado. As exportações no período atingiram US\$ 933,1 milhões e cresceram apenas

3%.

As importações registraram US\$ 1,98 bilhão e avançaram 22,2%. Chama a atenção o fato de a China ter voltado ao segundo posto entre os fornecedores de autopeças ao Brasil. Ela tomou novamente o lugar da Alemanha e está atrás somente dos Estados Unidos.

Os números foram divulgados pelo Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores (Sindipeças).

- Veja [aqui](#) o estudo do Sindipeças

- Veja outros resultados, estudos e estatísticas em [AB Inteligência](#)

O aumento das exportações foi possível sobretudo por causa do crescimento de vendas para Argentina e Estados Unidos, maiores parceiros comerciais. Já os embarques para a Alemanha, que é o quarto maior destino dos componentes brasileiros, recuaram 7,5%.

Ainda de acordo com o Sindipeças, o crescimento nas compras externas ocorreu pelo aumento das transações com Estados Unidos (43,7% no confronto com o primeiro bimestre de 2016) e China (47,7% pela mesma comparação). Também aumentaram de maneira expressiva as importações de autopeças da Coreia do Sul e do México.

Argentina cria acordo com setor automotivo

22/03/2017 – Fonte: Automotive Business

Indústria, governo e sindicatos se unem por 1 milhão de veículos até 2023



As montadoras da Argentina, as fabricantes de autopeças e sindicatos, juntamente com os governos regionais e federal assinaram um acordo para promover o avanço da indústria automotiva local. Entre as metas estabelecidas, estão a de dobrar a produção para 1 milhão de veículos até 2023, criar 30 mil postos de trabalho no período e concretizar investimentos previstos na ordem de US\$ 5 bilhões para os próximos dois anos.

Também está prevista uma maior integração local de autopeças com o objetivo de alcançar níveis internacionais de qualidade, sendo 33% em 2019 e 40% em 2023, uma maior especialização e escala de produção, além de maior integração em mercados regionais e cadeias globais de valor; desenvolver novas tecnologias de motorização e em autopeças; exportar pelo menos 35% da produção para mercados fora do Mercosul e buscar uma política de preços em linha com mercados similares.

O acordo setorial foi firmado no último dia 15 e é uma continuação do diálogo entre os envolvidos que começou em 2016 e que resultou em uma série de medidas previstas tanto para a iniciativa privada quanto para a pública a fim de dar impulso à indústria. Entre elas ficou estabelecido um roteiro para elevar a produção local gradualmente, saindo de 493 mil em 2016 para 750 mil em 2019 até alcançar 1 milhão em 2023.

Participaram da assinatura do acordo os representantes da indústria: Adefa, associação das montadoras, Afac, associação das autopeças, e a Adimra, entidade da

indústria metalúrgica; os sindicatos: UOM, sindicato dos metalúrgicos, Asimra, sindicato dos supervisores metalúrgicos, e Smata, sindicato dos metalmecânicos e afins do transporte automotivo, bem como os governos locais de Buenos Aires, Córdoba e Santa Fé, que são os maiores polos automotivos do país.

“Queremos avançar para uma economia desenvolvida e inclusiva, gerar cada vez mais empregos, fazer crescer a nossa indústria, com o aumento da produção e maior acesso aos bens de consumo. Este acordo nos aproxima deste norte que nós temos traçado como governo”, declarou o ministro da Produção da Argentina, Francisco Cabrera.

O plano 1 milhão, como está sendo chamado, está dividido em diferentes ações e metas para o setor público e privado, além dos sindicatos.

O acordo determina que a indústria (montadoras e autopeças) se comprometa a avançar em seus projetos de investimento no âmbito da lei sobre o desenvolvimento e fortalecimento das autopeças no país; apresentar ações de curto e médio prazos para o cumprimento do acordo automotivo Flex com o Brasil firmado em 2016 e com vigência até 2020 (leia [aqui](#)); articular uma proposta que promova a renovação da frota circulante, especialmente o que se refere aos transporte de carga e passageiros; e a apresentar uma proposta a fim de fortalecer a articulação da área de pesquisa e desenvolvimento do setor privado com o setor científico e tecnológico.

Já os representantes dos diferentes sindicatos envolvidos no acordo deverão articular em conjunto uma proposta de capacitação de trabalhadores para novas tecnologias, além de um plano de ação para melhorar a produtividade e reduzir o absenteísmo para 5% em 2019 e 3% em 2023.

Por sua vez, o setor público, que envolve o governo federal, por meio do ministério da Produção, bem como os governos regionais de Buenos Aires, Córdoba e Santa Fé, pode adicionar outras províncias interessadas no acordo.

Entre seus principais compromissos firmados estão o de manter em operação e pleno funcionamento a Lei de Desenvolvimento e Fortalecimento das Autopeças Argentinas; avançar em questões regulatórias, que reduzem as tarifas de autopeças importadas, fornecer financiamento específico em condições competitivas pelo BICE (Banco de Investimento e Comércio Exterior) ou outros instrumentos para dar andamento a investimentos críticos e urgentes no segmento de autopeças; estabelecer um novo quadro tarifário para a venda de veículos híbridos e elétricos; buscar o avanço nas negociações internacionais que visam a abertura para novos acordos bilaterais em novos mercados para atenuar o impacto da queda das vendas ao Brasil.

Ainda no âmbito do governo, se destacam analisar possíveis ações sobre as etapas de venda de veículos a fim de reduzir seus custos e melhorar o processo de formação de preços ao público; analisar de forma articulada com as várias partes interessadas uma política consensual a respeito do uso de biocombustíveis; articular um estudo e implementação de normativa e requisitos associados à segurança veicular juntamente com o setor privado, com a Agência de Segurança Viária e demais órgãos competentes. Por fim, está nas mãos do governo rever a carga tributária de toda a cadeia produtiva e de valor do setor, no âmbito da eficiência e competitividade fiscal.

VW Truck & Bus cresceu 3% em 2016

22/03/2017 – Fonte: Automotive Business

A VW Truck & Bus, que reúne as marcas MAN, Scania, Volkswagen Caminhões e Ônibus, totalizou 184 mil veículos entregues em 2016, registrando alta de 3%. Apesar do mau desempenho no Brasil, a companhia conseguiu crescer: “Graças à nossa força na Europa em particular, conseguimos compensar deficiências em mercados pontuais”, afirma o CEO da VW Truck & Bus, Andreas Renschler.

Os negócios com caminhões médios e pesados apresentaram melhora de 2% sobre 2015. MAN, Scania e Volkswagen Caminhões e Ônibus venderam cerca de 165,8 mil unidades.

Na Europa Ocidental, as marcas da Volkswagen Truck & Bus anotaram alta de 9% sobre 2015 por causa da recuperação econômica da região, com destaque para Itália, França e Holanda. As vendas de caminhões nas regiões central e oriental do continente aumentaram significativamente, 21%, contrastando com a situação do Brasil, com 16,3 mil caminhões e queda de 24%.

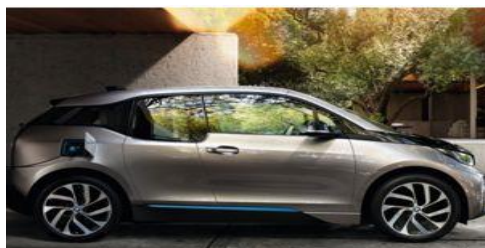
Os negócios com ônibus tiveram bom desempenho para o grupo em 2016. Com 17,8 mil unidades, as marcas pertencentes à Volkswagen Truck & Bus venderam cerca de 4% mais do que no ano anterior.

A MAN Truck & Bus informou vendas totais para 2016 de 83,2 mil veículos, crescendo 5%. A Scania repassou 81,4 mil caminhões e ônibus, anotando acréscimo de 6% no mesmo período.

Devido à difícil situação econômica no Brasil, a Volkswagen Caminhões e Ônibus viu suas vendas caírem em 17%, para 20,4 mil.

BMW faz recall de i3 por risco de incêndio

22/03/2017 – Fonte: Automotive Business



A possibilidade de incêndio no i3 levou a BMW a fazer um recall para o modelo nas versões REX Full e REX Entry. Os carros, 178 ao todo, foram fabricados entre 5 de março de 2014 e 27 de janeiro de 2015.

Por uma falha de instalação, o atrito entre o tubo de ventilação do tanque de combustível com o cabo positivo da bateria pode causar vazamento de vapor de gasolina no compartimento do motor, gerando assim risco de incêndio, com possibilidade de danos físicos e materiais aos ocupantes do carro e a terceiros.

Os proprietários devem procurar um concessionário para agendar o reposicionamento do tubo ou a substituição dele se for preciso. O serviço é gratuito. O i3 é um carro elétrico, mas conta com um gerador de energia auxiliar movido a gasolina, que serve para ampliar a autonomia do veículo.

Os i3 REX Entry envolvidos têm numeração de chassi entre VZ72344 e VZ73643 e os i3 REX Full vão de VZ70901 a VZ74193. Os atendimentos começam em 10 de abril. O tempo gasto na realização do serviço é de aproximadamente uma hora. Outras informações podem ser obtidas no site www.bmw.com.br/recall ou no 0800 019 7097, com atendimento de segunda a sexta-feira, das 8 às 19 horas.